



UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

ALINE DA SILVA ALVARENGA

Extensão universitária:

considerações sobre o seu contexto histórico e a experiência de curricularização na
Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro

RIO DE JANEIRO

2024

Aline da Silva Alvarenga

Extensão universitária:

considerações sobre o seu contexto histórico e a experiência de curricularização na
Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola de Serviço
Social da Universidade Federal do
Rio de Janeiro, como parte dos
requisitos necessários à obtenção
do grau de bacharel em Serviço
Social.

Orientadora: Prof.^a Fernanda
Kilduff.

Rio de Janeiro

2024

CIP - Catalogação na Publicação

A473e Alvarenga, Aline da Silva Extensão universitária:
considerações sobre o seu contexto histórico e a
experiência de curricularização na Escola de
Serviço Social da Universidade Federal do Rio de
Janeiro / Aline da Silva Alvarenga. -- Rio de
Janeiro, 2024.
103 f.

Orientador: Fernanda Kilduff.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) -

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço
Social, Bacharel em Serviço Social, 2024.

1. Serviço Social. 2. Extensão. 3. Curricularização. 4.

Coordenação. I. Kilduff, Fernanda, orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Centro de Filosofia e Ciências Humanas - CFCH
Escola de Serviço Social - ESS

ATA- BANCA EXAMINADORA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Estudante (NOME COMPLETO):
Aline da Silva Alvarenga

DRE:
116159711

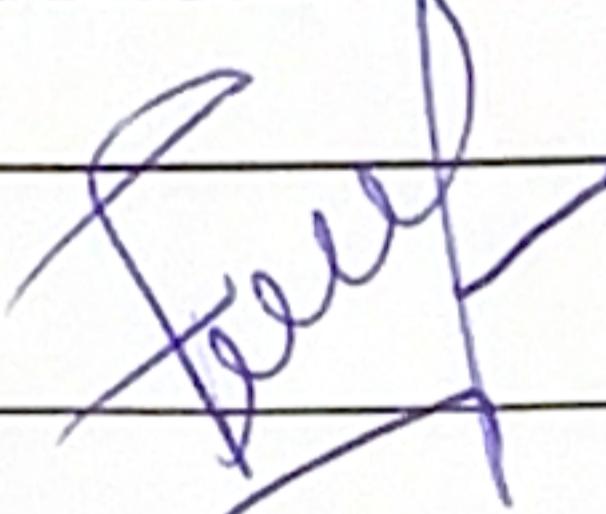
Título do TCC:

Extensão universitária: considerações sobre o seu contexto histórico e a experiência de curricularização na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Composição da banca

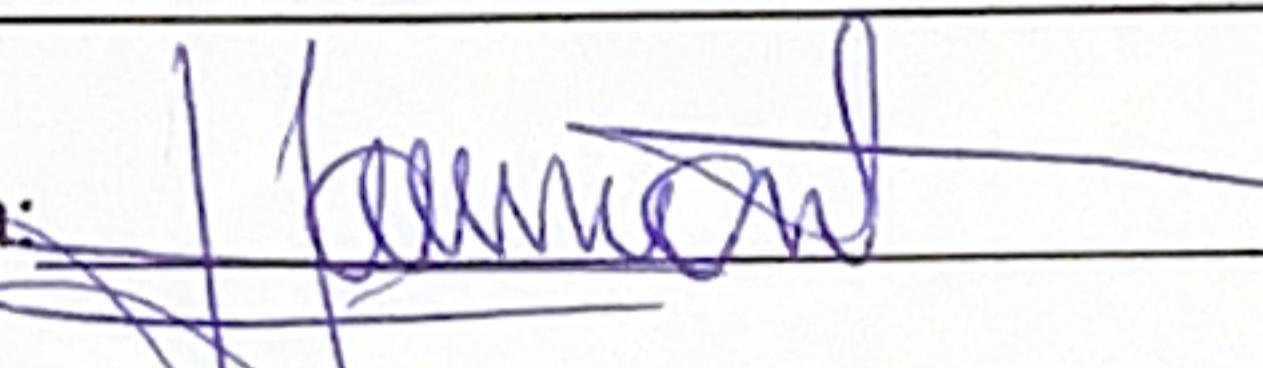
Presidente da banca/orientador(a):

Profª Fernanda Kilduff

Assinatura: 

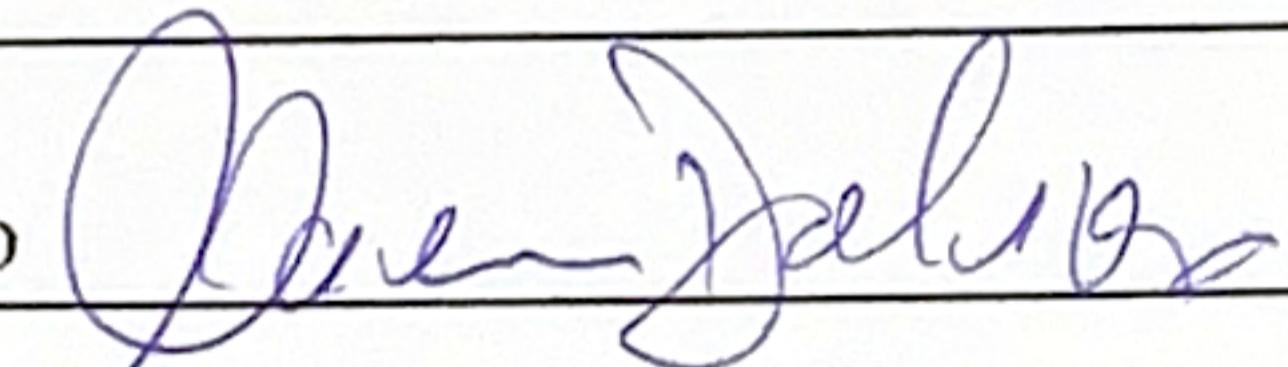
Membro da banca:

Profº Jonathan Jaumont

Assinatura: 

Membro da banca:

Profª Maristela Dal Moro

Assinatura: 

Parecer:

APROVADO*

APROVAÇÃO
CONDICIONADA**

REPROVADO***

Data de realização da banca

16 | 12 | 2024

* RECOMENDA PUBLICAÇÃO NA BASE PANTHEON REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL
DA UFRJ?

() SIM () NÃO

ESS ESCOLA DE
SERVIÇO SOCIAL
UFRJ

Av. Pasteur, nº 250 – Campus Praia Vermelha, Praia Vermelha -
Rio de Janeiro, RJ - CEP 22290-240 Telefone: (21) 3938-5380 5432/ www.ess.ufrj.br



UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Centro de Filosofia e Ciências Humanas - CFCH

Escola de Serviço Social - ESS

** Em caso de “aprovação condicionada”, pontue as indicações da banca para o TCC, em parecer.

*** Em caso de “reprovação” pontue as indicações da banca para o TCC e indique uma nova data para a realização de nova banca, em parecer.

OBSERVAÇÕES

DEDICATÓRIA

À Deus por nunca permitir que eu me sentisse só durante toda essa árdua trajetória de vida pessoal e acadêmica. Por me amar e me proteger incondicionalmente, ouvindo e acalmando, todas as minhas orações e apelos desesperados.

Aos meus guias espirituais, por me auxiliarem nos períodos nebulosos e me acompanharem nos momentos felizes durante todos os dias da minha vida, até hoje. Por me influenciarem com bons pensamentos, fé e esperança em um futuro que tão logo iria chegar, quando tudo parecia impossível.

À minha mãe e ao meu pai, por todo o amor, cuidado, acolhimento e dedicação sobre-humana ao longo de todos os dias da minha vida, também, até hoje. Não sei o que seria de mim se não os tivesse aqui. Mãe e pai, vocês são, grandiosamente, a razão de tudo o que eu faço, e de tudo o que eu quero fazer neste plano. Este trabalho, a minha formação e todos os frutos que serão colhidos no futuro, a partir daqui, serão para vocês.

Ao Fernando, que “segurou a barra” e todas as outras coisas para que eu pudesse me dedicar a esta escrita e a conclusão da graduação, sem ônus. Obrigada por ter pavimentado o caminho – tão espinhoso – mas que você tornou possível.

Ao meu eu do passado, que, por muitas e muitas vezes, em meio a tantas lágrimas, achou que não conseguiria chegar até aqui.

A todos, a minha gratidão eterna.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela dádiva da vida neste plano, por me permitir sonhar ao longo desses tão dolorosos e ao mesmo tempo tão doces oito anos de graduação – não ininterruptos – onde atravessei diversos tipos de situações desafiadoras e, por diversas vezes, pensei em desistir – e, algumas vezes, até desisti mesmo. Mas sempre voltei, porque eu nunca estive só e, apesar de parecer, nunca perdi a fé. Foi importante não perder-la. Todos os momentos vivenciados, ainda que momentaneamente difíceis de serem superados, foram necessários e contribuíram para a transformação do meu espirito e do meu corpo carnal. Por isso, eu sou infinitamente grata a Deus por inspirar em mim esse sonho de estudar, desde sempre e, então, não ter poupado esforços para que eu pudesse chegar aqui hoje, na conclusão da graduação. Deus Altíssimo, eu te agradeço por todos os dias da minha vida.

Agradeço de todo o meu ser, a minha mãe, que é a minha luz e o meu chão. Mãezinha, quando penso na minha trajetória até aqui, não posso pensa-la nunca na primeira pessoa, pois ela não é só minha. Essa trajetória é sua, ela é nossa, para sempre nossa. Desde que Deus a curou daquele câncer, todos os dias são de intensos agradecimentos por tê-la comigo até aqui, defendendo este trabalho de conclusão de curso. Sonhamos juntas, desde o início, e não houve um só dia, desde o ano de 2016, quando fui aprovada na UFRJ, em que você não tivesse me estendido a mão, me oferecido abrigo, ajuda financeira, me dado forças, pois uma de suas maiores preocupações era me ver realizando meu sonho de estudar e de me formar em uma universidade pública. Por isso e por tantas outras coisas mãe, esse parágrafo para você não pode ser pequeno. Mãe, você é a minha melhor amiga, e eu demorei muito tempo para compreender essa dimensão da nossa relação. Hoje, eu agradeço tanto por tê-la assim. Obrigada por ser meu consolo, meu apoio, meu porto seguro, minha companhia, minhas maiores gargalhadas, meu aprendizado cotidiano. Obrigada pelos conselhos, pelas palavras, pelo acolhimento inesgotável. Obrigada por mesmo quando cansada devido ao trabalho como empregada doméstica e os acometimentos à sua saúde, por nunca ser ausente. Obrigada por incessantemente me ajudar a cuidar da minha saúde, me acompanhar em tudo, por orar por mim e, por nunca, jamais, criticar minhas escolhas, desconfiar de mim, apontar-me o dedo ou duvidar da minha fé. Obrigada por me ensinar sobre caridade, amor ao próximo, doação, a amar os animais e cuidar da natureza, por todas as energias de boas que você sempre me proporcionou com a sua alma boa. Mãe, nós estamos juntas, para sempre.

Conectadas. Entrelaçadas. E esse é só o começo, prometo me esforçar para realizar todos os seus sonhos a partir daqui.

Ao meu pai, que é o cara mais gente boa e genuinamente bondoso que eu conheço em toda essa minha vida na Terra. Se tem uma coisa que eu grandiosamente aprendi com você neste plano, é a importância da fraternidade, a doação do que temos para quem necessita, seja um prato de comida ou um abraço amigo. É receber as pessoas em nossa casa com comida na mesa, um café, uma água, ou o que tiver, não importa a quantidade, você sempre vai repartir “o pão” para todos. Não conhece o egoísmo. Apenas com a minha evolução espiritual, dado o período da minha maturidade, pude elucidar a importância de todas as suas atitudes. Você sempre esteve aqui, ao meu lado, me ensinando diariamente sobre a nossa missão aqui na terra, de modo inconsciente, talvez até mesmo sem refletir sobre a grandiosidade da sua existência, pai. Por tudo o que fez e faz até hoje, você é o meu grande referencial do que é ser humano e da importância de cuidarmos de todas as nossas ações terrenas. Obrigada por cuidar tão bem da nossa família, quando a mãe ficou doente. Obrigada por nunca ser ausente, mesmo nos períodos de intenso trabalho no supermercado, quando faltaram forças físicas, você sempre se fez presente. Obrigada por me buscar no ponto de ônibus tantas e tantas vezes, tarde da noite, sem medo e sem reclamar. Obrigada por sempre, durante todos os dias da minha vida, ter oferecido sua presença sempre que eu necessitei – e até quando eu achava que não era mais necessário por já ser adulta. Eu te agradeço por cuidar tão bem de mim e me ensinar tanto. Pai, peço a Deus que a minha formação te dê orgulho e que eu possa fazer dela, um instrumento de bênçãos para as nossas vidas.

Ao Fernando, que desde 2020 tem sido genuinamente o meu melhor amigo, a pessoa que não coincidentemente, Deus enviou para que pudesse tornar os meus dias de trajetória até a conclusão da graduação, possíveis de serem trilhados. Afinal, ser amigo e, ser melhor amigo, tem a ver com tudo o que você fez por mim. Fernando, eu acho que nunca vou conseguir agradecer por tudo o que você fez e continua fazendo. Mas deixo aqui registrada a minha eterna gratidão, por todos os dias, por todos os momentos, por todos os passeios, as viagens, a diversão e a leveza que você trouxe para a minha vida, com seu jeito tranquilo e *good vibes* de ser. Por me levar para conhecer tantos lugares legais, cidades bonitas e, principalmente, me ajudar a conhecer a mim mesma durante esse processo do nosso relacionamento. E, também, por todos os momentos desafiadores em que você segurou a minha mão, e eu segurei a sua, e ainda tinha o Zeus no meio para nos apoiar e dar amor. O que eu quero dizer é que, as adversidades compartilhadas

também foram bênçãos. Tudo foi necessário e, eu agradeço por todo o cotidiano que me formou como um ser humano um pouco mais evoluído. Obrigada por permitir que eu pudesse sair do trabalho sem que isso me causasse a impossibilidade de prover o meu sustento. Obrigada por atender todas as minhas necessidades, por nunca deixar que me faltasse nada. Obrigada por todas as vezes que me deu dinheiro para pegar um carro de aplicativo na volta tardia da faculdade, para lanchar ou ir em algum lugar, ou por todas as vezes que foi me buscar de carro à noite – inclusive, naquele fatídico dia em que o pneu furou na Av. Brasil –, entre os dias de luta e os dias de glória, parafraseando Chorão. Obrigada pelos conselhos, por me acolher do jeito que você sabe. Obrigada pelos presentes, pelos docinhos nos meus momentos de intensas crise de ansiedade, pelos lanches aos finais de semana, por compreender as minhas necessidades e respeitá-las. Obrigada por me levar no hospital quando precisei, por acolher as minhas crises de enxaqueca e respeitar meus momentos em que precisei ficar em silêncio. Sim, obrigada por me respeitar, sempre. Obrigada por não me cobrar absolutamente nada. Obrigada por me incentivar a estudar, sempre, por acreditar em mim. Enfim, obrigada por tudo. Sem você, Fernando, eu jamais teria conseguido trilhar os últimos anos faltantes para a conclusão deste curso. Obrigada mesmo, por ter transformado todos os desafios em possibilidades. Quando escrevi esse parágrafo, lembrei daquele trecho de uma música de pagode: “se as subidas não te cansam sou eu, que te carrego sem você perceber, constantemente”. Obrigada, literalmente, por me carregar até aqui sem que eu sentisse todo o peso que você sentiu sozinho. Eu nunca vou esquecer tudo o que já fez por mim e, também, por toda a minha família. Por isso e por tudo o que não caberia aqui, o meu amor e a minha gratidão, que serão eternos.

À Escola de Serviço Social, a todos os servidores e todos/todas os/as trabalhadores, sem exceção (pessoas que trabalham na limpeza, nas secretárias de estágio, coordenação de graduação e extensão, técnicos administrativos, seguranças patrimoniais, porteiros e etc.), por cada “bom dia”, “boa tarde” e “boa noite”, cada sorriso e gentileza que, mesmo nas entrelinhas do cotidiano, fazem muita diferença em nossas vidas. E, sem todas essas pessoas, jamais teria chegado, também, até aqui. Por isso, gratidão a todos que constroem a universidade pública, gratuita e de qualidade, ainda que em meio a todos os projetos de contrarreformas do Estado.

A todos/todas os/as professores com quem tive o prazer de ter podido sentar em sala de aula e ouvi-los, aprender e apreender todo o conteúdo ministrado. As palavras não são suficientes para demonstrar toda a minha alegria, satisfação e gratidão por cada

aprendizado, por cada descoberta, por cada mudança significativa em minha vida ao ser tocada por todas as palavras que chegaram até os meus ouvidos, contribuindo para a minha formação profissional e, também, constante transformação pessoal. A cada aula a minha esperança foi renovada, um saber foi adquirido e, muitas coisas dentro de mim foram mudadas, construídas e reconstruídas constantemente. Por isso e por tudo, muito obrigada a todos e todas.

A minha supervisora de estágio, Fernanda Rodrigues, a qual me acolheu naquela entrevista de estágio, quando eu estava tão nervosa, com medo de não ser aprovada, com medo do que falar, do que fazer e como me portar. Pude ali, contar a minha história, essa história que é construída através de muita superação, de uma estudante que sofreu cedo com o câncer da mãe, que sempre precisou trabalhar e, que, em certo momento, já não conseguia mais conciliar o mundo do trabalho com o mundo acadêmico e, desse modo, viu seu sonho de tornar-se Assistente Social, indo cada vez mais para longe da sua realidade posta. Fê, eu te agradeço imensamente por ter me dado a oportunidade de estagiar com você, de me supervisionar com tanto respeito, ética, compromisso indescritível, paciência para explicar e ensinar e, ainda, com tanto carinho, compreensão e acolhimento. Você é uma Assistente Social incrível, extremamente comprometida com o projeto ético-político da nossa profissão e, que vai me inspirar para sempre como profissional futura que serei. Não tenho palavras suficientes para demonstrar a minha gratidão e o imenso prazer que foi compartilhar a vida através dos dois anos de estágio com você como supervisora. Parece que foi ontem, né? Mas passou tão rápido... A vida é uma surpresa incrível, e eu sou grata por você ter feito parte da minha. Obrigada por tudo.

A minha querida, paciente e acolhedora orientadora, Fernanda Kilduff, a qual eu tive o prazer de ser aluna em dois níveis de orientação profissional e desde então, pude conhecê-la como a professora e assistente social incrível que é, extremamente comprometida com o processo formativo e a supervisão acadêmica de todos os/as estudantes de Serviço Social da UFRJ. Professora, muito obrigada por ter aceitado me orientar neste trabalho e neste tema de pesquisa, o qual especificamente não é o seu tema preferível para o exercício da orientação, mas que imediatamente me aceitou e me acolheu, com muito respeito, paciência, ética, compreensão e com palavras que sempre me incentivaram. Profª, você foi a pessoa certa para me orientar nesta pesquisa, e eu agradeço demais a Deus e a espiritualidade por tornar este encontro possível. Saiba que admiro muito a sua atuação e o seu compromisso inesgotável durante este processo de escrita. Meu carinho, admiração e gratidão, para sempre.

Por fim, não posso deixar de agradecer a todas as pessoas com as quais eu convivi durante os vinte e sete anos da minha vida e, as outras que vieram depois e cruzaram o meu caminho, nessas encruzilhadas da vida adulta – a qual é tão desafiadora. Para não correr o risco de esquecer nomes, deixo um agradecimento geral a algumas pessoas da minha família, com as quais pude trocar conversas maduras, sábias, reflexivas, e a quem me incentivou a continuar estudando até aqui. Por quem me apoiou e me ajudou quando eu precisei de ajuda, ou quem simplesmente me disse: “não desista, vai conseguir”. Às amizades que a UFRJ me trouxe, desde 2016, mas que infelizmente, a rotina de vida e todas as dificuldades da nossa vivência contemporânea neste panorama do capitalismo, nos afastou, mas que de certa forma, me marcou e contribuiu para que eu estivesse aqui. Às amigas e amigos que chegaram nessa reta final, especialmente nestes dois últimos anos, que foram muito importantes no dia-a-dia na universidade, para os momentos de conversas amenas, seja dividindo as dores acadêmicas, ou as felicidades particulares de nossas vidas.

A academia não é o paraíso.

Mas o aprendizado é um lugar onde o paraíso pode ser criado.

bell hooks

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) abordou a extensão universitária, com foco na sua contextualização histórica e na experiência de curricularização da carga horária de extensão na Escola de Serviço Social (ESS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O objetivo geral consistiu em explorar a trajetória da extensão universitária em uma perspectiva de seu processo histórico, com ênfase na implementação da carga horária obrigatória na ESS/UFRJ, através do detalhamento de um ajuste curricular do curso de Serviço Social da UFRJ. A metodologia adotada foi de natureza qualitativa, combinando revisão bibliográfica e Diários de Campo. A revisão bibliográfica serviu como base teórica para entender a extensão universitária, enquanto os Diários de Campo registravam observações reflexivas durante o Estágio Supervisionado em Serviço Social. Os resultados mostraram a relevância da extensão como ferramenta de transformação social e os desafios que envolvem sua implementação, principalmente em contextos de expressões da Questão Social, estudantes trabalhadores e falta de acessibilidade e infraestrutura para PCDs. O estudo demonstra resultados que destacam a importância da extensão universitária como elemento de inclusão e transformação social, mas também revelam os desafios enfrentados durante esse processo de prática, sublinhando a necessidade de um compromisso ético e político para superar os desafios e promover uma universidade que promova o acesso e a permanência para toda a comunidade acadêmica.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social; Extensão; Curricularização; Coordenação.

ABSTRACT

This Course Completion Work addressed university extension, focusing on its historical contextualization and the experience of curricularization of extension hours at the School of Social Service of the Federal University of Rio de Janeiro. The general objective is to explore the trajectory of university extension from the perspective of its historical process, with an emphasis on the implementation of the mandatory course load at the School of Social Service of the Federal University of Rio de Janeiro through the details of a new Pedagogical Project for the Social Service course at the Federal University of Rio de Janeiro. The methodology adopted was qualitative in nature, combining bibliographic review and Field Diaries. A bibliographical review served as a theoretical basis for understanding the university extension, while the Field Diaries recorded reflective observations during the Supervised Internship in Social Work. The results showed the relevance of extension as a tool for social transformation and the challenges surrounding its implementation, mainly in contexts of expressions of the Social Question, working students and lack of accessibility and infrastructure for PWDs. The study demonstrates results that highlight the importance of university extension as an element of inclusion and social transformation, but also reveal the challenges faced during this process of practice, highlighting the need for an ethical and political commitment to overcome the challenges and promote a university that promotes access and permanence for the entire academic community.

KEYWORDS: Social Work; Extension; Curriculum; Coordination.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma da Pró-Reitoria de Extensão da UFRJ (PR-5).....43

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Composição da Coordenação de Extensão em relação aos cargos.....75

LISTA DE SIGLAS

ESS	ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
UFRJ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CFCH	CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CH	CARGA HORÁRIA
LDB	LEI DE DIRETRIZES E BASES
FORPROEX	FÓRUM REGIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS
SIGA	SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO ACADÊMICA
CEG	CONSELHO DE ENSINO E GRADUAÇÃO
CEU	CONSELHO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA
IES	INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR
UNE	UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES
DRE	DIVISÃO DE REGISTRO DO ESTUDANTE
PCD	PESSOA COM DEFICIÊNCIA
ABEPSS	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL
EUA	ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA
MEC	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CPC	CENTRO POPULAR DE CULTURA
AI-5	ATO INSTITUCIONAL NÚMERO CINCO
CODAE	COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO
PNE	PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
PROEX	PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
UFSC	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
GT	GRUPO DE TRABALHO
FFB	FACULDADE FEDERAL DO BRASIL

IF	INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE
EAD	ENSINO À DISTÂNCIA
NDE	NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE
RCS	REQUISITO CURRICULAR SUPLEMENTAR
TCC	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
CNE	CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
PIBEX	PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROFAEX	PROGRAMA INSTITUCIONAL DE FOMENTO ÚNICO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CONSUNI	CONSELHO UNIVERSITÁRIO
BOA	BOLETIM DE ORIENTAÇÃO ACADÊMICA
OTP	ORIENTAÇÃO E TRABALHO PROFISSIONAL

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Ajuste curricular do curso de Serviço Social da UFRJ à extensão.....	60
Tabela 2 - Esquema detalhado das disciplinas que conferem CH de extensão e do código responsável pelo RCS de extensão, carga horária e momento indicado para inserção do estudante.....	61
Tabela 3 - Situação geral de estudantes em 2023.1 em relação à extensão na ESS/UFRJ.....	66
Tabela 4 - Atividades realizadas pela Coordenação de Extensão.....	68
Tabela 5 - Composição das Coordenações de Extensão nas unidades acadêmicas do CFCH.....	75

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1 PANORAMA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, RETROSPECTIVA HISTÓRICA E ASPECTOS LEGAIS	10
1.1 O surgimento do conceito de Extensão Universitária no cenário internacional	10
1.2 O surgimento do conceito de Extensão Universitária na América Latina.....	13
1.3 O surgimento do conceito de Extensão Universitária no Brasil	20
2 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E O ENSINO SUPERIOR PÚBLICO BRASILEIRO.....	30
2.1 A importância da Extensão Universitária, os desafios postos à implementação da sua curricularização e a sua estrutura formativa no ensino superior público	30
2.2 A Experiência na Universidade Federal do Rio de Janeiro acerca da inclusão da Extensão Universitária nos currículos dos cursos de graduação e as regulamentações vigentes na Pró-Reitoria de Extensão (PR-5/UFRJ).....	40
3.1 A experiência de curricularização da extensão universitária e o ajuste curricular do curso de Serviço Social na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.....	54
3.2 O trabalho realizado pela Coordenação de Extensão da Escola de Serviço Social: relatos de experiências, atividades e atendimentos aos/as estudantes a partir da experiência de estágio supervisionado	63
3.3 O projeto Ético-Político do Serviço Social e o trabalho do/da assistente social na Coordenação de Extensão: desafios e possibilidades	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	81

INTRODUÇÃO

A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) é uma instituição federal, pública e vinculada ao Ministério da Educação (MEC), sendo a universidade uma instituição de ensino, pesquisa e extensão, dotada de autonomia didática, científica, administrativa, disciplinar e de gestão financeira, bem como patrimonial. Foi inaugurada em 7 de setembro de 1920 por meio do Decreto nº. 14.343, sendo parte constituinte e administrada pelo Governo Federal que originalmente foi construída a partir da reunião de três escolas no início do século XIX.

Em virtude de uma necessidade para incorporar na universidade uma troca de saberes, em 5 de julho de 1937 a Lei nº452 reorganizou sob o nome de Universidade do Brasil, à qual foi concedida autonomia pelo Decreto Lei nº8.393, de 17 de dezembro de 1945, passando a denominar-se Universidade Federal do Rio de Janeiro e atualmente constituída de acordo com o Plano de Reestruturação aprovado pelo Decreto nº 60.455-A, de 13 de março de 1967.

A estrutura organizacional da UFRJ divide-se da seguinte forma: Reitoria, Conselhos Superiores (Consuni, Conselho de Ensino e Graduação e Conselho Superior da Coordenação Executiva), sete pró-reitorias (Pró Reitoria de Políticas Estudantis; Pró Reitoria de Graduação; Pró- Reitoria de Pós- Graduação; Pró- Reitora de Planejamento , Desenvolvimento e Finanças; Pró- Reitoria de Extensão; Pró-Reitoria de Gestão e Governança) uma Prefeitura Universitária; um Escritório Técnico Universitário; Cinco centros com suas unidades (Centro de Filosofia e Ciências Humanas; Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas; Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza; Centro de Ciência da Saúde, Centro de Letras e Arte e Centro de Tecnologia). Além do campus de Macaé e Duque de Caxias; o Complexo de Formação de Professores; o Complexo Hospitalar e o Fórum de Ciência e Cultura.

O Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), por sua vez, reúne seis unidades: a Escola de Comunicação (ECO); Faculdade de Educação (FE); Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS); Instituto de História (IH); Instituto de Psicologia (IP)

e a Escola de Serviço Social (ESS), sendo esta última unidade a qual se insere a graduação de Serviço Social e o local onde vincula-se à Coordenação de Extensão do curso.

A equipe da Coordenação de Extensão da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro é formada por duas assistentes sociais¹, sendo uma com a atribuição atual de coordenação do setor e a outra sob a denominação de vice, inserida em um espaço físico de trabalho que é dividido com a Coordenação de Estágio da ESS.

O trabalho realizado pela Coordenação de Extensão da ESS/UFRJ é orientado pelas legislações brasileiras que discorrem acerca da extensão universitária na política de educação do ensino superior (Como a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e os Planos Nacionais de Educação), também por parte de algumas portarias da UFRJ, por resoluções normativas da Pró-Reitoria de Extensão (PR-5/UFRJ), advindas do Conselho de Ensino e Graduação (CEG) e, também, do Conselho de Extensão Universitária (CEU), da referida universidade.

A Coordenação de Extensão é o setor principal no quesito responsável pela mediação entre as ações da Pró Reitoria de Extensão (PR-5), localizada no Campus Fundão/UFRJ, além de ser o departamento fundamental ao alcance dos/das aluno/as, que necessitam de inserção em projetos de extensão ou que possuem dúvidas em relação ao processo de curricularização, principalmente, os estudantes recém ingressos do primeiro período. A seção, também é orientada por regulamentações brasileiras e resoluções próprias da UFRJ, as quais discorrem acerca dos princípios, obrigatoriedades e diretrizes principais que regulam e orientam a inserção da Extensão na universidade pública e nesta Instituição de Ensino Superior (IES).

Ademais, a extensão é um campo que se configura na universidade, no tripé de Ensino, Pesquisa e Extensão, sendo um dos seus objetivos principais, contribuir para que

¹ É importante destacar que, a organização das Coordenações de Extensão em outros cursos da UFRJ, ou ainda, em outras instituições de Ensino Superior no Brasil, são compreendidas em caráter múltiplos. Ou seja, apesar de ser um espaço inserido no campo da Política de Educação, que possibilita a atuação profissional do Assistente Social, de acordo com o projeto ético-político da profissão, bem como o Código de Ética, este espaço não é estritamente designado para o assistente social, não correspondendo a atribuições privativas da profissão, embora a experiência na ESS/UFRJ demonstre o quanto é relevante e importante essa inserção.

a Extensão Universitária seja parte da solução dos grandes problemas sociais no país (FORPROEX, 2012), além de processo acadêmico indispensável na formação do estudante, na qualificação do professor/coordenador e no intercâmbio com a sociedade, implicando relações multi, interdisciplinares e interprofissionais na universidade e sociedade:

Para compreender o que são ações de extensão, é necessário pensá-las a partir de suas diretrizes: interação dialógica; interprofissionalidade e interdisciplinaridade; indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; impacto na formação do estudante e impacto social. (FORPROEX, 2012, s.p.).

O princípio da *interação dialógica* – orienta que o desenvolvimento de relações entre Universidade e setores sociais devem ser marcadas pelo diálogo e troca de saberes, substituindo o discurso da hegemonia acadêmica pela ideia de aliança com movimentos, setores e organizações sociais.

A *interdisciplinaridade e interprofissionalidade* – implicam na necessidade de considerar de forma integrada os diversos conhecimentos desenvolvidos na universidade nas várias disciplinas e áreas do conhecimento, mediante a construção de alianças intersetoriais, interorganizacionais e interprofissionais.

A *indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão* – considera que as ações de extensão adquirem maior efetividade se estiverem vinculadas ao processo de formação de pessoas (ensino) e de geração de conhecimento (pesquisa).

O *impacto na formação do estudante* – considera que a extensão possibilita o enriquecimento da experiência discente em termos teóricos e metodológicos e, por isso, deve estar sustentada em iniciativas que viabilizem a flexibilização curricular e a integralização de créditos.

Por fim, o princípio do *impacto na transformação social* – reafirma a Extensão Universitária como o mecanismo pelo qual se estabelece a inter-relação da Universidade com os outros setores da sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e propiciadora do desenvolvimento social e regional e de aprimoramento das políticas públicas (FORPROEX, 2012).

As leis e regulamentações que estabelecem as diretrizes para a inserção da extensão universitária na educação do ensino superior no Brasil são múltiplas e, datam períodos bem anteriores ao da institucionalização da extensão nas universidades do país, ou seja, o período de adequação das normas e legislações vigentes para corresponder a curricularização da extensão no ensino superior tornou-se demorado, inclusive, recente aos dias atuais.

Em relação ao Brasil, o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, se estabelece no artigo de nº 207, da Constituição Federal de 1988. O conteúdo deste artigo ressalta a necessidade de uma formação crítica para o/a estudante de ensino superior, ancorada tanto na pesquisa como na atividade de extensão universitária, e a autonomia da Universidade, com a reafirmação do seu papel independente do Estado e, ao mesmo tempo, fortemente comprometida com o desenvolvimento nacional (BRASIL, 1988).

Subsequentemente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Federal nº 9.394/96) estabeleceu a flexibilização dos currículos dos cursos de graduação, trazendo uma nova concepção de currículo (BRASIL, 1996). Através dessa concepção, se entende a formação no ensino superior como resultado de uma série de atividades e experiências entre as quais a sala de aula é uma delas, sendo absolutamente consciente de que as outras atividades não são menos importantes na formação desses estudantes – uma delas, é a atividade de extensão.

Posteriormente em 2001, com o Plano Nacional de Educação² 2001-2010 (Lei Federal nº 10.172/2001) em sua Meta 23 para a educação superior, este propôs a reserva mínima de 10% (dez por cento) do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no Brasil, para a atuação dos estudantes em atividades de extensão (BRASIL,

² O Plano Nacional de Educação (PNE) é um documento que estabelece diretrizes, metas e estratégias para a educação no Brasil. O PNE é elaborado a cada dez anos, de acordo com o artigo 214 da Constituição Federal de 1988. O atual Plano Nacional de Educação, decenal, foi aprovado pela Lei nº 13.005/2014, e que estará em vigor até 2024. É um plano diferente dos planos anteriores; uma das diferenças é que esse PNE é decenal por força constitucional, o que significa que ultrapassa governos. Tem vinculação de recursos para o seu financiamento, com prevalência sobre os Planos Plurianuais (PPAs). O amplo processo de debate, que começou na CONAE 2010 e culminou com sua aprovação pelo Congresso Nacional, reforça o caráter especial e democrático desse PNE. MEC, Pne em movimento. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/20-perguntas-frequentes>. Acesso em: 21 out. 2024.

2001). Esta Meta foi reafirmada na Estratégia 12.7 do novo Plano Nacional de Educação 2014-2024, Lei Federal nº 13.005, que visa “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (BRASIL, 2014).

Destarte, o curso de graduação em Serviço Social da ESS/UFRJ segue expressamente as normas gerais da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e as diretrizes curriculares aprovadas pelo Ministério da Educação (MEC). Nesse sentido, a partir da curricularização da carga horária de extensão a nível nacional em todas as instituições de Ensino Superior do Brasil, surge a necessidade de adequação do Currículo Pleno do Serviço Social da ESS/UFRJ às exigências da legislação nacional e das normativas da UFRJ, no que diz respeito a destinar 10% da carga curricular total de forma obrigatória para as atividades de extensão.

A partir de uma reorganização curricular, a qual resultou na construção de um ajuste curricular na ESS – a qual veremos em caráter mais esmiuçado no capítulo 3 – a extensão é inserida com CH obrigatória a ser cumprida pelo estudante, compreendendo a sua participação como membro de uma das modalidades de extensão: programa, projeto, curso, evento e/ou prestação de serviços, devendo corresponder a um percentual mínimo de 10% (dez por cento) da carga horária total do curso. Essa carga horária totaliza-se em 315 horas de extensão, as quais ainda se dividem entre duas disciplinas mistas (que conferem carga horária teórico-prática de extensão), denominadas Universidade e Sociedade e Núcleo Temático em Extensão.

No entanto, com esse novo cenário introduzido às diversas realidades sociais do corpo discente da ESS/UFRJ, a Coordenação de Extensão observa diversos desafios no âmbito das expressões da Questão Social para o cumprimento da CH exigida – como nos casos de estudantes trabalhadores, realidades socioeconômicas pauperizadas, etc. – os quais interferem diretamente nas condições para que o/a estudante consiga inserir-se em uma ação de extensão e conclua sua graduação com êxito. Há também, desafios estruturais e de outras naturezas, em relação a estudantes com deficiência (PCD), os quais

necessitam de atenção e resolução. Nessa perspectiva, o trabalho das profissionais em questão intervém na identificação, encaminhamentos e resolução destes fatores.

Por conseguinte, surgem alguns questionamentos, que são a base para o motivo desta pesquisa: os discentes possuem condição de realizar múltiplas jornadas acadêmicas? De que forma os/as estudantes irão conciliar a jornada acadêmica com a vida pessoal e profissional? Como será distribuída essa carga horária de 315 horas? Qual o melhor momento de iniciar um projeto de extensão, entendendo as inúmeras demandas ao longo da graduação? Além de, buscar também, compreender a dinâmica do trabalho do assistente social na gestão da extensão, quais os desafios e as possibilidades dessa atuação profissional. Todos esses questionamentos manifestam-se oriundos do processo de estágio obrigatório na Coordenação de Extensão da ESS, conforme visto:

Toda investigação se inicia por uma questão, por um problema, por uma pergunta, por uma dúvida. A resposta a esse movimento do pensamento geralmente se vincula a conhecimentos anteriores ou demanda a criação de novos referenciais. (Deslandes, 2011, p.8).

As informações apuradas, através de Diários de Campo escritos durante o processo de estágio supervisionado indicam que os usuários da Coordenação de Extensão da ESS/UFRJ, em sua maioria, são estudantes que não estão inseridos em campos de extensão e com múltiplas expressões da Questão Social entrelaçadas às suas vidas, o que resulta em uma problemática importante sobre como esses estudantes farão para conseguir cumprir as exigências da grade curricular do curso de Serviço Social da referida Escola. E, por fim, conseguirem colar grau cumprindo os requisitos obrigatórios e tendo um bom aproveitamento em relação as atividades extensionistas, como é objetivado na Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012).

Dessa forma, a pesquisa retorna ao questionamento inicial acerca da implementação da CH de Extensão na ESS/UFRJ, quando esta torna-se uma atividade obrigatória e correspondente a 10% da carga horária total do curso relatado, devendo ser disseminada de maneira organizada e integrativa, no currículo da graduação e, como condição de integralização para a conclusão do curso, não havendo a possibilidade de não cumprir os requisitos. Com isso, a ESS em sua autonomia docente, preparou um

documento referente ao ajuste curricular do curso de Serviço Social da UFRJ, consolidando assim, um novo currículo da graduação, a ser cursado pelos estudantes ingressantes a partir de março de 2019 (referente ao semestre letivo de 2019.1), resultando em uma formatação na qual é pretendida debruçar-se nos capítulos a seguir.

O objetivo geral deste trabalho consiste em contextualizar a história da extensão universitária, debruçando-se especificamente sobre a experiência de curricularização da carga horária (CH) de extensão na Escola de Serviço Social (ESS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em relação aos objetivos específicos, pretende-se explicar como ocorreu todo o processo de construção de um ajuste curricular destinado ao curso de Serviço Social para adequar a carga horária de extensão obrigatória; as atividades desenvolvidas pela Coordenação de Extensão da ESS; as implicações da Questão Social a este cenário, citando também os desafios ao corpo de estudantes PCDs; e, a atuação do Assistente Social na Gestão da Extensão.

A partir do debate da gestão da extensão enquanto um campo de trabalho profissional do assistente social, pretende-se ainda, elencar os desafios que se apresentam durante o processo de curricularização da CH de extensão na ESS/UFRJ e apresentar algumas atividades que foram realizadas durante o cumprimento do estágio na Coordenação de Extensão, demonstrando as ações desse setor e a relevância da inserção do profissional assistente social na gestão supracitada, bem como seus limites e possibilidades de atuação, enquanto profissionais que se enquadram em um regime de contratação específico de Técnico em Educação de nível superior, da carreira de servidor público, e o que isso implica para o pleno exercício profissional nesse caso.

A metodologia utilizada para o fomento deste trabalho foi conduzida com base em uma abordagem qualitativa, a qual incluiu a realização de uma revisão bibliográfica como etapa essencial, e a utilização de Diários de Campo. Uma revisão bibliográfica foi realizada para fundamentar teoricamente a pesquisa e fornecer uma compreensão histórica do tema da extensão universitária. Para isso, foram selecionados artigos acadêmicos, livros, teses e dissertações, que abordassem conceitos, práticas, objetivos e impactos da extensão universitária. Os diários de campo foram uma ferramenta também importante de coleta e análise de dados. Durante o desenvolvimento do estudo, os

documentos foram utilizados para registrar observações e reflexões relacionados ao objeto de pesquisa. Esses registros permitiram relatar de forma detalhada e sistemática as experiências observadas e os processos de reflexão, possibilitadas através do Estágio Supervisionado em Serviço Social, o qual é estabelecido em quatro níveis, totalizando 480 horas de estágio. O estágio supervisionado além de possibilitar a vivência do/a aluno/a para além do conteúdo estritamente teórico da graduação, é uma atividade curricular obrigatória, com objetivo de capacitar os alunos/as para o exercício profissional. De acordo com os dados que se apresentam nas diretrizes curriculares da ABEPSS:

O estágio supervisionado no curso de Serviço Social apresenta como uma de suas premissas oportunizar ao (a) estudante o estabelecimento de relações imediatas entre os conhecimentos teórico-metodológicos e o trabalho profissional, a capacitação técnico-operativa e o desenvolvimento de competências necessárias ao exercício da profissão, bem como o reconhecimento do compromisso da ação profissional com as classes trabalhadoras, neste contexto político-econômico-cultural sob hegemonia do capital. (ABEPSS, 2010, p.14).

Os marcos regulatórios para o estágio em Serviço Social encontram-se na Lei Federal nº. 11.788/ 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes em território nacional, regulamentada na UFRJ, pela Resolução CEG n.12/2008. Nos balizamos nas Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social da ABEPSS/1996, na Lei nº 8.662/1993 que regulamenta a profissão de Assistente Social, no Código de Ética Profissional; nas Resoluções nº 533/2008 do Conselho Federal de Serviço Social que regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social, bem como na resolução nº 493/2006 que dispõe sobre as condições éticas e técnicas para o exercício profissional do assistente social.

Desse modo, as atividades realizadas reafirmam a concepção de Extensão indissociáveis do ensino e da pesquisa, como um processo acadêmico, indispensável na formação do estudante, na qualificação do professor, do técnico-administrativo e no intercâmbio com a sociedade. Estas atividades possuem respaldo em Legislação Nacional, a exemplo da Política Nacional de Extensão Universitária/2012, Normativas -

Resoluções emitidas pela Pró-Reitoria de Extensão da UFRJ (PR-5) e no interior do documento que redige o ajuste curricular oriundo do curso de Serviço Social da UFRJ, aprovado em 2019.

A partir disso, será visto no capítulo um, uma retrospectiva sintetizada com os principais pontos históricos acerca do panorama da extensão universitária em seu cenário internacional e nacional, demonstrando seus aspectos legais desde as primeiras atividades datadas. O capítulo dois, trará luz sobre a temática da extensão no ensino superior público, elencando os principais desafios que se colocam em face à necessidade de curricularizá-la e, ainda, o levantamento de dados constituintes da experiência de curricularização na UFRJ. Por fim, o capítulo três será uma escrita com caráter bastante autoral e mais dedicado a conclusão da pesquisa no que diz respeito ao cenário principal da abordagem aqui descrita, que é o processo de curricularização na ESS/UFRJ, com a caracterização do trabalho realizado pela Coordenação de Extensão da referida Escola e, ainda, a relevância da inserção de Assistentes Sociais neste espaço de gestão tão importante.

1 PANORAMA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, RETROSPECTIVA HISTÓRICA E ASPECTOS LEGAIS

1.1 O surgimento do conceito de Extensão Universitária no cenário internacional

Segundo Paula (2013), a história da extensão universitária no mundo tem seu início há quase dois séculos, com o conceito aparecendo pela primeira vez, na Inglaterra, no período da segunda metade do século XIX, tendo como pano de fundo, as atividades da Revolução Industrial. Em Cambridge, universidade da Inglaterra, no ano de 1871, há elementos indicativos de que foi a primeira instituição responsável por planejar um projeto de cursos de extensão, sendo estes, disseminados e popularizados entre as diversas regiões do país e camadas da sociedade inglesa.

Cabe destacar que, as primeiras atividades se iniciaram na capital, em Londres e, posteriormente, foram ampliadas para regiões com maior número de indivíduos operários, sendo estes, integrantes de um cenário principal em relação ao modo de produção capitalista, os quais demandariam nesse período, certo tipo de intervenção com o objetivo de controle social desses trabalhadores. Conforme visto, ainda no continente europeu, as ações de extensão universitária expandiram-se, também, para a Bélgica e, depois, para a Alemanha, chegando posteriormente aos Estados Unidos da América (EUA).

No que tange o período final do século XIX, esta pesquisa demonstra que as primeiras universidades dos Estados Unidos da América (EUA), também adotaram a extensão universitária conforme precedido pelo modelo de atividades iniciado na Inglaterra, acrescentando um viés mais tecnológico as atividades realizadas. Ainda em relação aos EUA, no ano de 1892 na Universidade de Chicago, foi criada a “*American Society for the Extension of University Teaching*”, e no ano de 1903, na Universidade de Wisconsin, essa experiência anterior direcionou a atuação de professores da referida universidade, a se tornarem o que denominaram como “*technical experts*” do governo do Estado. As universidades estadunidenses adotaram suas atividades de extensão tendo por base a prestação de serviços técnicos, a educação à distância e cursos profissionalizantes.

[...] As ações desencadeadas nesse quadro foram decisivas para a modernização da tecnologia agrícola americana, surgindo dessa forma um modelo de interação com a comunidade que implicava a universidade na questão do desenvolvimento. O efeito ampliou-se mais ainda pela diversificação do programa extensionista, com a educação continuada e expansão das atividades extramuros. A partir daí a extensão universitária estava consagrada. (Mirra, apud Paula, 2013, p.7).

Conforme visto anteriormente, foi percebido que este cenário se tornou um grande palco de possibilidades para as ações voltadas ao objetivo principal de controle social da massa operária naquele período. Havia posto na sociedade, um cenário conflituoso – social e político – os quais culminaram na tensão das relações entre as esferas da sociedade como um todo. Essas tensões foram ocasionadas em grande parte, após o período da Revolução Industrial (1760 – 1840) com a efetiva consolidação do capitalismo:

Com efeito, a extensão universitária é coetânea e produto de um momento particularmente crítico da história do capitalismo em que a efetiva imposição do modo de produção especificamente capitalista, em meados do século XIX, após a consolidação da Revolução Industrial, exacerbou contradições, que se expressaram em revoluções de 1848-49, na Comuna de Paris, de 1871, que, em última instância, significaram a entrada em cena de segmentos sociais, historicamente marginalizados, centrados nas classes trabalhadoras submetidas ao capital, que denunciavam o conjunto da ordem social capitalista, invocando o socialismo. (Paula, 2013, p. 7).

Neste período, a extensão universitária incorpora uma posição estratégica, com o objetivo de utilizar-se de seus ideais, para o alcance da excelência profissional, sendo impulsionada por parte do grande crescimento industrial e a grande necessidade de, ao mesmo tempo, haver uma ampliação no quesito qualificação profissional da classe operária, com o objetivo central de atender à expansão do capitalismo – principalmente no berço desse desenvolvimento do capital, que foi a Inglaterra.

Houve ainda, alguns outros movimentos importantes em relação ao contexto histórico do surgimento da extensão universitária no panorama mundial, como o “socialista cristão”, na Alemanha, liderado por Johann Döllinger (1799-1890) e por Wilhelm Emmanuel Von Ketteler (1811-1877), o qual publicou, em 1864, “A Questão Operária e o Cristianismo”, assim como uma versão cristã-protestante deste movimento de cristianismo social. Em Londres, a criação da “*London School of Economics*” –

dirigida por William Beveridge, responsável pelo sistema de segurança social britânica, reunia em sua gênese, a manutenção de um conjunto de ações que seriam atribuídas a uma espécie de “política social” garantidora de mínimas condições adequadas para o trabalho da classe operária nas indústrias da época, a saber:

É nesse contexto, em que o Estado e outras instituições responsáveis pela manutenção da ordem social despertaram para a necessidade de oferecer políticas capazes de atender/neutralizar reivindicações operário-populares, que também as universidades se voltaram, de fato, para a questão social, inicialmente, e, depois, para um amplo conjunto de campos e interesses, que vão da educação de jovens e adultos às políticas públicas de saúde e tecnologias à prestação de serviços, da produção cultural ao monitoramento, avaliação de políticas públicas, entre muitas outras atividades. (Paula, 2013, p. 9).

Inclusive, é interessante mencionar, que, tais atividades descritas acima, como a “prestação de serviços” e a ação de “monitoramento e avaliação de políticas públicas”, são hoje, na contemporaneidade da extensão universitária, grandes objetos das modalidades de ações extensionistas criadas e registradas nas universidades, como por exemplo, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), uma Instituição de Ensino Superior (IES), sendo estas modalidades registradas na atualidade junto à sua Pró-Reitoria de Extensão Universitária (PR-5): Programas, Projetos, Cursos, Eventos e Prestação de Serviços³.

Ademais, este primeiro tópico conclui a breve contextualização acerca do panorama mundial da extensão universitária, – ainda com o pano de fundo da Inglaterra industrial – conforme caracteriza Oliveira e Goulart (2015, p. 10) evidenciando que, houve então, duas vertentes principais no que diz respeito ao início da extensão universitária, ou ainda, o que pode ser denominado enquanto um período compreendido como “pré-extensão”, o qual adquiria um caráter mais religioso, filantrópico e

³ Ver: CAPÍTULO II Definições e Classificação das Ações de Extensão Universitária. Art. 11. Resolução [PR-5/UFRJ] N° 138, de 29 de novembro de 2022. Fonte: https://xn--extenso-2wa.ufrj.br/images/CEU/RESOLUOES/RESOLU%C3%87%C3%83O_PR5UFRJ_N%C2%BA_138_DE_29_DE_NOVEMBRO_DE_2022.pdf Acesso em: 10 ago.2024.

assistencial, buscando intervir mais especificamente nas ações perversas oriundas do desenvolvimento capitalista em face a classe operária e suas necessidades básicas.

A segunda vertente principal, relaciona-se com o momento de difusão da extensão nos EUA, diretamente ligado ao desenvolvimento de ações voltadas aos ambientes tecnológicos e empresariais, com fomento da aproximação das universidades do país supramencionado, tendo por objetivo maior a questão profissionalizante – o que difere um pouco do objetivo central da extensão universitária quanto potência no desenvolvimento de atividades que dialoguem com a estrutura da sociedade, bem como as suas necessidades primordiais. É importante concluir nesta etapa, que, em ambas vertentes, este processo se caracterizou aos moldes de países centrais, os quais são detentores do capital e toda a sua estrutura de produção e reprodução. Conclui-se que:

Com efeito, as duas vertentes da extensão universitária consideradas até aqui estão ligadas a duas modalidades de desenvolvimento capitalista, a saber: ao modelo dominante em vários países europeus e que buscou legitimação e estabilidade mediante a implantação do Estado do Bem-estar Social; e ao modelo norte-americano de vocação rigorosamente liberal. (Paula, 2013, p. 10).

1.2 O surgimento do conceito de Extensão Universitária na América Latina

Em relação ao cenário latino-americano, a história da extensão universitária teve um outro direcionamento e uma outra conotação em seu surgimento. Diferentemente dos países centrais em relação ao capitalismo estruturante, a extensão universitária na América Latina foi permeada por uma série de movimentos sociais – que se relacionam diretamente com as expressões da Questão Social, aos moldes da compreensão do Serviço Social – estes que se desenvolveram no percurso do século XX. A exemplo desta análise de percurso da extensão, é visto que a revolução mexicana (1910) e cubana (1959), foram alguns dos movimentos centrais no endosso à efervescência de reivindicações e lutas sociais, as quais tiveram como pano de fundo principal, a luta pela posse de terra.

No território argentino, houve a organização de um movimento estudantil, o qual se construiu na cidade de Córdoba, na Argentina, na universidade que leva o mesmo nome. Esse movimento ocorreu através de um Manifesto, no dia 21 de junho de 1918,

sendo um momento considerado até os dias atuais, como um marco muito importante e com um caráter significativo de ação revolucionária e de rompimento de ideais conservadores ligados fortemente à igreja católica. Neste viés, a Universidade de Córdoba preservava ainda no início do século XX algumas das características do período colonial, as quais eram vistas, sentidas e vividas no interior das universidades Argentinas pelo conjunto de estudantes de diversos cursos de ensino superior, em seu teor, buscou-se então:

Em 21 de junho de 1918, os estudantes aprovam o importante Manifesto Liminar ou *La juventud argentina de Córdoba a los hombres libres de Sudamérica*. Redigido por Deodoro Roca, o documento foi assinado por Enrique Barros, Horácio Valdés, Ismael Bordabehere, alguns dos dirigentes da Federação Universitária de Córdoba (FUC), que havia sido fundada no dia 18 de maio. O documento é considerado pelos pesquisadores da história das universidades latino-americanas a principal carta de princípios apresentada até então. Organizado em 15 parágrafos, o Manifesto aborda três pontos centrais que destacamos: o diagnóstico da crise vivida pela Universidade de Córdoba; a afirmação do poder de renovação da juventude e suas propostas políticas; e as reivindicações reformistas propriamente ditas. (Leher, 2008, p. 67).

O movimento estudantil de Córdoba possuía de forma ampla e geral, a intenção de alcançar a libertação dos povos da América Latina dos domínios do continente Europeu e de sua herança eugênica, colonial e religiosa. Não obstante, também propunha uma Extensão Universitária processual, comprometida com as mudanças sociais e, elencava a necessidade de enfatizar a relação entre universidade e sociedade, entre universidade e povo, estabelecendo e fortalecendo a função social da Universidade.

No tocante, houve um conjunto de movimentos no cenário das universidades, no âmbito internacional, os quais ocorreram desde as universidades coloniais até a Reforma de Córdoba, no início do século XX, e a efervescência de inquietude estudantil já estava presente antes mesmo da eclosão do Manifesto de 1918. Com a intensa herança colonial e religiosa, com a relação com os jesuítas, havia uma grande interferência significativa por parte do clero nas atividades desempenhadas por diversos cursos, como direito e medicina, atribuindo a roupagem de um viés conservador à cidade e à universidade de Córdoba.

Era visto então, que, a igreja não considerava certas atividades, ações e atitudes de estudantes, pois contrapunham as ideologias preconizadas pela igreja e, ao mesmo tempo, essas intervenções ocasionadas pela igreja geravam questionamentos, pois tornavam-se incabíveis em uma sociedade a qual deveria ser republicana e democrática:

Os estudantes manifestaram, sobre o conservadorismo do interior em contraposição à vanguarda portenha, que o espírito das lutas pela independência política, protagonizado pelos líderes de Maio de 1810, chegara a Córdoba apenas em 1918. Era como se Córdoba tivesse permanecido à margem dos intensos processos de transformação e consolidação da República argentina que duraram aproximadamente cinco décadas. (Neto, 2011, p. 66).

Através das ações intransigentes por parte das esferas das elites oligárquicas e da igreja, os conflitos estudantis ganharam uma aceleração em suas mobilizações. Portanto, em 1918, as alterações agravaram-se a partir de maio, ocasionado a destituição de reitores intervenções federais, golpes e contragolpes, o que dificultou a atuação do corpo estudantil em face às suas reivindicações e reclamações manifestadas. Ademais, os universitários da Universidade de Córdoba declararam uma Greve Geral estudantil, protagonizando o impedimento a votação de novos interventores e escolhendo e nomeando as novas autoridades entre os seus representantes estudantis, o que concebeu ao movimento, o apoio dos estudantes de todas as universidades argentinas.

Percebe-se que o movimento protagonizado pela universidade de Córdoba buscou romper com o ideal de uma universidade a qual era notadamente controlada pela igreja católica – e não só as ações e atividades estudantis, como também, das práticas docentes – e todos os seus ensejos, através de ideais extremadamente conservadores, autoritários e às margens da burguesia. O movimento estudantil bradou pela defesa da laicidade, em seu ideário político e ideológico:

Córdoba foi mais do que um episódio radicalizado dos estudantes. Liberais, positivistas, socialistas, anarquistas, antiimperialistas de distintos matizes disputaram o caráter do movimento reformista. Mas a despeito de sua heterogeneidade, as lutas e os embates seguiram ao longo de todo o ano de 1918 (e a rigor, ao longo de todo o século XX é possível encontrar ecos dessas lutas), produzindo avanços organizativos como a constituição das Federações Universitárias de Córdoba (FUC) e da Argentina (FUA). Tampouco foi um movimento protagonizado por pequenos grupos. Dois meses após o

lançamento do Manifesto, os estudantes reuniram 20 mil pessoas em um ato, incluindo a Federação Operária. (Leher, 2008, p. 54).

Córdoba reuniu em seu movimento contestatório estudantil, uma combinação de perspectivas, as quais proporcionaram à comunidade geral (não só acadêmica) reflexões penetrantes sobre o quesito educação popular, qual o caráter da universidade, enfatizando um questionamento crítico aos moldes do que a universidade significava até o momento anterior, a qual não detinha a preocupação com certos entraves que até então considerados incompatíveis com a educação superior, não sendo pensada a possibilidade de superá-los, como: a presença dos proletários nas instituições; o governo compartilhado e a autonomia da universidade, e as perspectivas latino-americana e anti-imperialista.

Assim, a parcela conservadora de diferentes territórios, atualmente, continua reagindo com indignação “à particularidade das universidades latino-americanas, consideradas desviantes do modelo europeu e, mais recentemente, das instituições estadunidenses” (LEHER, 2008). Pela perspectiva de um horizonte em que a universidade pública, gratuita, e assentada no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, deixa de compor o projeto burguês dos setores locais, há então, a defesa da universidade pública em que somente pode ser personificada pelas camadas populares da sociedade.

Neste contexto, a extensão universitária latino-americana se desenvolveu, sob forte influência de uma conotação social, a qual tornou-se responsável por grande influência entre ideias e concepções da extensão universitária no Brasil – o qual posteriormente, veria serem criadas suas universidades no país, a partir do então século XX – a saber:

Ao contrário do Brasil, que só viu serem criadas universidades no século XX, em vários países da América do Sul as universidades surgiram ainda no século XVI, como é o caso da universidade de Santo Domingo, que é de 1538; da universidade de São Marcos, no Peru, que é de 1551; da universidade Real e Pontifícia da Cidade do México, que é de 1553; a que se seguiram universidades na Guatemala, em Nova Granada; sendo que, no século XVII, foram criadas universidades em Córdoba, em La Plata, em Cuyo, em Santiago do Chile; sendo que havia três universidades em Quito já no século XVII. (Lafaye, 1999 apud Paula, 2013, p. 11).

Com isso, as instituições universitárias explicitadas acima, que já existiam na América do Sul, possuíam em seu interior, um viés ideológico a partir do controle exercido por organizações de cunhos religiosos. Ou seja, carregavam o teor e as práticas religiosas de cunho assistencialista à sociedade. Ainda, com o seu ensino embasado por ações fomentadas por um ideal segregacionista e elitizado, tornando todos esses quesitos, fomentos de agravo para os problemas relacionados à interação com a comunidade operária.

Dada essa conotação, a luta exercida em prol da Reforma Universitária na América Latina, a partir de 1918 – como visto em Córdoba anteriormente – é uma reunião de forças contra a hegemonia elitizada nas universidades, centralizada em um viés conservador, com herança do clero e do período colonial, as quais buscavam ignorar o conjunto de problemas sociais, econômicos e políticos que eram atravessados pelos países latino-americanos.

Os estudantes universitários seguiram, desse modo, embasando suas ações de luta com articulações junto ao movimento operário e as camadas populares da sociedade – que não eram “vistas” pela universidade de um modo geral. Para compreender esta etapa histórica, faz-se importante mencionar um trecho importante, proveniente da declaração de La Plata:

1) o problema educacional não é senão uma das faces do problema social, por isso não pode ser solucionado isoladamente; 2) a cultura de toda sociedade é a expressão ideológica dos interesses da classe dominante. A cultura da sociedade atual é, portanto, a expressão ideológica dos interesses da classe capitalista; 3) a última guerra imperialista (1914-1918), rompendo o equilíbrio da economia-burguesa, colocou em crise sua própria cultura; 4) esta crise só pode ser superada com o advento de uma cultura socialista. (Mariátegui, 1981, p. 150-151, apud Paula, 2013, p. 11).

A América Latina era, então, palco para diversos movimentos sociais e revoluções que se organizavam, no âmbito do movimento estudantil, o qual se expressava contrário a ideologia imposta naquele período, com interesses expressamente sobre as bases da classe capitalista dominante. Era notório então, que a união desses movimentos existentes – ao menos parte dela – previa a superação da cultura existente e que desencadeava o desequilíbrio entre as relações sociais das duas classes: a burguesa e a proletária. Essa

união buscava construir e difundir na sociedade, uma cultura socialista, ao contrário do sistema que estava colocado e articulava desde então, a intensa luta de classes. Com isto, a exemplo das lutas latino-americanas, no decorrer do século XX:

As conquistas da Revolução Mexicana, sabemos, foram desconstituídas ao longo do tempo, mantendo-se a realidade básica do subdesenvolvimento. Ao longo do século XX, a América Latina assistiu tentativas de retomar o avançado, do ponto de vista democrático e popular, da Revolução Mexicana, com a eclosão de várias revoluções na Bolívia, na Guatemala, em El Salvador, na Nicarágua, que também se frustraram. De outro lado, a América Latina também experimentou outros processos de transformação social, que chamados de populistas, como é o caso no Brasil, do período Vargas, e na Argentina, do período peronista, resultaram, mais fortemente na Argentina, em ampliação do acesso de segmentos populares a bens e serviços modernos. (Paula, 2013, p.12).

Há uma relevância histórica atrelada às revoluções existentes no Peru e no Chile, anteriores a eminência aguda da luta de classes que ocorreu mais à frente, em um período intenso de lutas para a América Latina e, inclusive, para o Brasil. O Peru, foi um país que obteve seu governo por uma figura militar, o general Alvarado (1909-1977), mas que embora fosse militar, atribuiu à sua pauta, uma orientação de governo com base nacional e popular, no período de 1968, através da participação da classe operária em lucros e gestões de empresas, bem como possibilitou seu acesso as riquezas e recursos naturais de seu próprio país – algo que não seria possibilitado aos moldes do modo de produção capitalista, que prevê apenas a acumulação para os fins da sociedade burguesa⁴.

No Chile, o país latino-americano também experimentou uma direção de governo com um viés de luta socialista, compreendido no período entre 1970 e 1973, respectivamente, embasado por ações que permitiam que a classe trabalhadora estivesse no centro dos movimentos sociais e reivindicações populares, através da figura de Salvador Allende (1908-1973), a qual representava ações consistentes fomentadas por um ideal socialista “desde a fundação do Partido Operário Socialista, em 1912, que em

⁴ O modo de produção capitalista produz em sua forma de atuação, diversas mazelas e expropriações que são inerentes a este sistema e, são a raiz das expressões da Questão Social em diversos países periféricos – como é o caso dos países latino-americanos, representados nesta contextualização histórica – Entretanto, a explicação aqui elencada, não será levada para um aprofundamento desta categoria, pois possui apenas o objetivo central de situar alguns acontecimentos em face ao capitalismo e a luta de classes.

1922 passou a se chamar Partido Comunista, a que vai se somar o Partido Socialista Chileno, fundado em 1933" (Paula, 2013, p.12).

Durante este período evidenciado no Chile, há a partir de 1960, uma efervescência na América Latina, colocando o continente em um cenário de intensos movimentos e aglomerações em torno de reivindicações de caráter socialista. Esta mobilização social, possuía objetivo, em suma, de alcançar a socialização dos meios de produção na sociedade capitalista vigente, inclusive no Brasil, a partir do pano de fundo da experiência de ações advindas da Revolução Cubana. A saber, que:

É como reação a essa ampla e heterogênea mobilização política de esquerda, que vai se colocar a série de golpes de estado que, a partir dos anos 1960, buscaram deter a marcha da luta social no Brasil, na Argentina, no Uruguai, na Bolívia, no Chile, mediante a implantação de regimes ditatoriais, que lançaram mão de um variado arsenal repressivo, que foi combatido por uma expressiva onda de radicalização política por parte de variados grupos, em vários países da América Latina, que vão passar à luta armada, seja como instrumento de enfrentamento contra as ditaduras de direita, seja como instrumento de luta pelo socialismo a partir das experiências das revoluções chinesa e cubana. (Paula, 2013, p. 13).

Neste contexto apresentado, de forma mais geral sobre a história da extensão universitária na América Latina, será debatido em um tópico a seguir, o conteúdo que disserta sobre a experiência e o contexto histórico vivenciado pelo Brasil, em meio ao furor da luta de classes, movimentos sociais e, também, o movimento propriamente estudantil, os quais são fundamentais para compreender o desenvolvimento da categoria extensão universitária no país.

Contudo, houve outros atores principais que vão culminar com o desenvolvimento da extensão no Brasil, como por exemplo, os ideais e definições de Paulo Freire. Ademais, é à luz desse cenário elencado, que a extensão universitária se insere na América Latina e, conforme objetivado nesta pesquisa, no Brasil, particularmente, país que termina por receber a implantação de instituições universitárias a partir de 1930, bem tardeamente.

1.3 O surgimento do conceito de Extensão Universitária no Brasil

No Brasil, as primeiras universidades foram criadas no século XX. Em seu contexto histórico, Paula (2013, p. 13) evidencia que, desde o período de 1911, no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, as atividades de extensão ocorriam voltadas para uma atuação semelhante aos primórdios da extensão universitária, ou o que é possível chamar de “período pré-extensão universitária” – oriundo da Europa – condizentes com uma formulação de ações vinculadas a prestação de serviços, possibilitadas a partir da “formação profissional” da classe operária, através da educação continuada, a qual teria como objetivo o desenvolvimento regional da população rural.

Em termos gerais, a extensão universitária é introduzida no Brasil, a partir da legislação do ano de 1931, a qual sob o Decreto nº 19.851, de 11/04/1931, instituiu os eixos do sistema universitário do país. Contudo, apesar da extensão universitária constar no Brasil desde o ano de 1931, a sua institucionalização nas universidades brasileiras não foi concluída definitivamente a rigor do que é exigido no documento relatado – inclusive, será visto em capítulos posteriores, acerca desse processo na Universidade Federal do Rio de Janeiro e mais especificamente, no curso de Serviço Social da supramencionada instituição.

Não obstante, apesar dessa espécie de “dificuldade” em relação a consolidação da extensão nas universidades, a mesma foi relevante ativamente no Brasil no encadeamento das ações de lutas pelas reformas estruturais na sociedade brasileira, as quais ocorreram no período de 1950 até 1964. Ainda neste contexto, Paula (2013, p. 14), demonstra que a extensão universitária se faz presente no Primeiro Seminário Nacional da Reforma Universitária, o qual fora organizado pela União dos Estudantes (UNE), em maio de 1960, em Salvador, Bahia. Em uma Declaração advinda deste seminário, as junções de três principais objetivos são destacadas:

- 1) a luta pela democratização do ensino, com o acesso de todos à educação, em todos os graus; 2) a abertura da universidade ao povo, mediante a criação de cursos acessíveis a todos: de alfabetização, de formação de líderes sindicais (nas Faculdades de Direito) e de mestres de obras (nas Faculdades de Engenharia), por exemplo; e 3) a condução dos universitários a uma atuação

política em defesa dos interesses dos operários. (Poerner, 1968, p. 202, apud Paula, 2013, p.14).

É visto que, ocorreu no período de 1962 (17 e 24 de março) no Estado de Curitiba, Brasil, o “2º Seminário Nacional de Reforma Universitária”, sendo um espaço de maior aprofundamento das ideias debatidas em Salvador, na Bahia, conforme explicitado anteriormente. A partir desta dinâmica de debates, foi elaborado um documento, sob o título de “Carta do Paraná”, a qual estruturou-se em três principais tópicos de discussão: Fundamentação Teórica da Reforma Universitária; A Análise Crítica da Universidade Brasileira; Síntese final: esquema tático de luta pela Reforma Universitária.

Cabe destacar, conforme expõe o autor, que a Reforma Universitária foi incluída entre as Reformas de Base, as quais naquele momento efetivo, estavam sendo propostas pelo então governador do Brasil, João Goulart. (POERNER, 1968, apud PAULA, 2013, p. 14-15).

Por conseguinte, a organização estudantil em suas lutas pela Reforma Universitária, como visto principalmente através da UNE, possibilitou o engajamento do corpo estudantil, para além das suas lutas, possibilitando que também se organizassem através de lutas por transformações mais gerais, especialmente no campo social de toda a população brasileira, através de um movimento que incluiu tanto o que foi denominado como aliança operário-estudantil e, também a aliança operário-camponesa.

Dessa maneira, a formação organizacional dos estudantes, fez com que estes, lutassem também por reformas sanitárias contra as doenças existentes da época e, que, através de mobilizações no entorno da arte e cultura, com a criação do Centro Popular de Cultura (CPC) pela UNE, fundado no ano de 1961, levou às camadas mais pobres da população brasileira, o conhecimento sobre as situações de mazelas que lhe cercavam e, muitas vezes, não eram compreendidas por eles.

Com toda essa estrutura de luta, os estudantes tinham um ideal de mudança na sociedade e buscavam por ela, através da união de forças com a classe operária. Inclusive, neste período, os estudantes utilizam o método desenvolvido pelo professor Paulo Freire⁵,

⁵ Paulo Freire (1921-1997) nasceu no Recife, Pernambuco, e faleceu em São Paulo. Foi um educador brasileiro, responsável por criar um método considerado inovador para alfabetização de adultos. O

em busca da alfabetização de adultos, o que configurou, para além disto, conscientização e efervescência político-social – e, posteriormente, o professor supracitado, trará contribuições grandiosas para a categoria da extensão universitária, conforme será visto em tópicos seguintes. Compreendendo a importância do movimento estudantil para este período e, também, para a extensão nas universidades, cabe destacar, que:

A radicalização à esquerda do movimento estudantil e a radicalização da luta social no Brasil e na América Latina estão sintonizadas a eventos cruciais como são a Revolução Cubana, a instalação do Concílio Vaticano II e a divulgação das encíclicas *Mater et Magistra* de 1961 e *Pacem in Terris*, de 1963. [...] Essas duas matrizes, a Revolução Cubana e a Igreja do Concílio Vaticano II, vão marcar, fortemente, a vida política e cultural do Brasil no início dos anos 1960, e mesmo o golpe de 1964 e seus desdobramentos repressivos não foram capazes de interditar, inteiramente, o *ethos* progressista que continuou soprando sobre nossa vida político-cultural até o recrudescimento repressivo do AI-5, de 13 de dezembro de 1968. (Paula, 2013, p. 15).

Destarte, é visto que a partir do ano de 1950, o Brasil torna-se palco para uma série de movimentos – ainda neste sentido de luta por reformas estruturais no país – nos quais se expressavam através de suas correntes de pensamentos e, também, a partir de instituições, com o cunho político e social. Estes movimentos trarão luz à problemática do caráter subdesenvolvimentista do país, à população brasileira.

Ainda neste dado momento da história, houve a criação das Ligas Camponesas, em 1955 com o ideal de luta pela famosa Reforma Agrária – a qual sempre esteve na centralidade objetiva de luta, até mesmo na atualidade – e, permanecendo a efervescência

educador, foi amplamente admirado no cenário internacional, porém, foi contestado em seu próprio país, devido a associação do seu trabalho às ideologias comunistas do século XX. Ao mesmo tempo em que alfabetizava em tempo recorde trazia um exercício de cidadania por meio de debates. Em 1960, preocupado com o grande número de adultos analfabetos na área rural dos estados nordestinos - que formavam consequentemente um grande número de excluídos, Paulo Freire desenvolveu um método de alfabetização. O "Método Paulo Freire" foi aplicado pela primeira vez em 1962 na cidade de Angicos, no sertão do Rio Grande do Norte, quando foram alfabetizados 300 trabalhadores da agricultura. Paulo Freire se tornou uma figura muito importante para a educação brasileira. Dessa forma, o presidente à época, João Goulart aprovou a multiplicação dessa experiência no Plano Nacional de Alfabetização. Porém, com o golpe militar de 1964, a Ditadura, imediatamente, extinguíu o Plano Nacional de Alfabetização e Paulo Freire foi acusado de agitador e traidor da pátria. Foi levado para a prisão onde passou 70 dias. Em seguida, após ser libertado foi viver na Bolívia e depois se exiliou no Chile durante cinco anos. Dentre suas principais obras, estão os livros “*Pedagogia do Oprimido*”, “*Extensão ou Comunicação?*”, “*Educação Como Prática da Liberdade*”, dentre outros. Fonte: https://www.ebiografia.com/paulo_freire/. Acesso em: 4 ago.2024.

das lutas pelas Reformas de Base, esses acontecimentos continuaram a influenciar a cultura brasileira e, especialmente nesta abordagem, a Universidade.

Como exemplo de movimento político, houve em São Paulo, no ano de 1953, uma grande greve, que se instaurou a partir de intensa organização e resistência operária, bem como a exemplo de luta nacionalista, a criação da estatal Petrobrás, referência internacional no quesito petróleo e seus derivados – no âmbito trabalhista – “fez parte de um programa de lutas nacionalistas, que incluíam o controle da remessa de lucros e do capital estrangeiro, a independência da política externa brasileira, entre outros temas”. (Paula, 2013, p.17).

Em relação a ideologia que se fazia presente no Brasil neste período abordado, faz-se necessário compreender a reunião de pensamentos contidos nas teses de Caio Prado Júnior⁶ e de Florestan Fernandes⁷ – que embora não completamente iguais, possuem pontos ideológicos semelhantes, também detém de grandes contribuições em suas produções teóricas, ao Serviço Social brasileiro – “o capitalismo dependente, periférico, subdesenvolvido que vigora no Brasil não será rompido senão pela superação do capitalismo”. (Paula, 2013, p.16).

Neste mesmo ano, em 1950, foram criadas duas significativas e relevantes instituições, as quais foram responsáveis por assumir as principais ações progressistas, no sentido de superar todo este cenário dado de inúmeras expressões da Questão Social, que se manifestavam a partir do subdesenvolvimentismo do Brasil, bem como a miséria escancarada. A saber, que:

⁶ Caio Prado Junior (1907-1990), nasceu e faleceu na cidade de São Paulo. Foi um historiador e um dos mais importantes pensadores sobre o Brasil, formado em Direito pela Faculdade do Largo de São Francisco no ano de 1928. Para ele, os problemas oriundos das desigualdades sociais no país, o estimulavam a questionar a realidade e buscar a superação desta, a partir da defesa da reforma agrária, por exemplo. Instituto de Estudos Brasileiros, IEB. Fonte: <https://www.ieb.usp.br/caio-prado-jr/>. Acesso em: 4 ago.2024.

⁷ Florestan Fernandes (1920-1995), nasceu e faleceu na cidade de São Paulo. Foi professor catedrático na cadeira de Sociologia I da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Consagrou-se com um dos maiores estudiosos da realidade social do país e engajou-se politicamente em movimentos sociais. Global Editora. Fonte: https://grupoeditorialglobal.com.br/autores/lista-de-autores/biografia/?id=1979&doing_wp_cron=1725061614.1627020835876464843750. Acesso em: 4 ago.2024.

Nesse contexto, afirmaram-se duas vertentes básicas de enfrentamento do atraso e da miséria do país: a vertente reformista, sintetizada nas teses de instituições como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), órgão da ONU, fundado em 1948, encarregado de buscar um novo aparato teórico-conceitual e novas ferramentas políticas, que superassem os paradigmas liberais dominantes na teoria econômica produzida nos países centrais. Outra instituição típica desse período é o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), criado em 1955, e que foi instrumento importante na construção e difusão de um ideário nacional-desenvolvimentista decisivo na consolidação das bases de apoio do governo JK e da ideologia do desenvolvimentismo que, a crescido da proposta das reformas de base, marcaram a política brasileira até 1964. (Paula, 2013, p. 16).

É possível elucidar então, que, no Brasil, a extensão universitária se inicia com um caráter vinculado a prestação de serviços, primeiramente. E, desta forma, há a divulgação da universidade para as camadas populares da sociedade, justamente por intermédio da prestação de serviços. Ao final da década de 60, através da Lei nº 5.540/68 (BRASIL, 1968) – Lei Básica da Reforma Universitária, é estabelecido que, as instituições de ensino superior, possuem o compromisso de “estender as atividades de ensino e resultados de suas pesquisas à comunidade por meio de cursos e serviços especiais”. (Oliveira et al., 2015, p. 12).

Verificando o teor histórico da década de 60, em suma:

Entre as lutas importantes desse período, está a Campanha de Defesa da Escola Pública, que teve em Florestan Fernandes um dos seus líderes que, à guisa de críticas ao projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovado pela Câmara de Deputados, e que, afinal, foi sancionada pelo presidente João Goulart, em 1961, marcou, na verdade, uma veemente afirmação da defesa da escola pública como instrumento para o desenvolvimento econômico e progresso social. (Fernandes, 1966, apud Paula, 2013, p. 17).

Posteriormente, iniciou-se um período intenso de uma série de crises estruturais na América Latina, com a eclosão de diversas ditaduras militares em todo o território latino-americano. Neste momento, conforme apresenta Oliveira e Goulart (2015), há um direcionamento de combate intensivo aos movimentos estudantis. Com a instalação e a disseminação da ditadura militar no Brasil, o então governo em exercício estabeleceu critérios para as ações extensionistas, e criou o Projeto Rondon – um de seus fomentos

assistencialistas – que visava envolver discentes universitários com as camadas mais pobres e “carentes” do país.

Com isto, a extensão universitária assume uma nova fase no país, a fase assistencialista, orquestrada pelos ditadores militares, os quais organizavam e desenvolviam projetos de extensão com a conotação completamente assistencialista, promovendo nas atividades desenvolvidas, uma ideologia de “desenvolvimento” e “segurança nacional”, em que o corpo de estudantes universitários não eram protagonistas e participantes da construção das ações extensionistas, mas sim, apenas meros executores das terminologias aplicadas pelo militarismo em ascensão, advindo do golpe militar que estava posto no cenário brasileiro.

Entretanto, é preciso ressaltar o quanto a vida universitária e todos os processos de organização em prol de uma reconstrução da sociedade brasileira com vistas à fuga do capitalismo opressor que se fazia presente e estruturava todas as relações sociais, políticas e ideológicas, assim como as Reformas supramencionadas anteriormente, foram gravemente afetadas a partir da Ditadura Militar instaurada no Brasil:

Segmentos significativos da universidade brasileira estiveram entre as forças que mais prontamente buscaram resistir ao golpe e seus desdobramentos, seja por meio do movimento estudantil, seja pela ação de professores, que continuaram a exercer um magistério crítico, apesar das restrições às liberdades, que vão se intensificando, culminando com a imposição do AI-5, em 1968, e do Decreto-Lei nº477, de fevereiro de 1969, que foi o instrumento repressivo especificamente voltado para a vida universitária. (Paula, 2013, p.18).

Apesar do momento ditatorial e com a repressão já conhecida durante este período grave de rompimento total da democracia existente na história latino-americana, os/as estudantes seguiam em suas organizações de movimentos. Concomitante ao período da Ditadura Militar, é relevante mencionar que, foi instaurado o Ato Institucional Número Cinco (AI-5)⁸, em 1968, a partir do Decreto-Lei nº477, de fevereiro de 1969, o qual dentre

⁸ O Ato Institucional nº 5, também conhecido como AI 5, foi um ato decretado em 13 de dezembro de 1968, durante o período da ditadura militar, no governo do general Arthur da Costa e Silva. Este ato marcou um período de censura e repressão da ditadura militar no Brasil, e ficou historicamente conhecido

todas as suas diligências, tornou-se um instrumento repressivo especialmente voltado para a repressão da vida universitária.

Não obstante, a comunidade universitária resistia, com o objetivo de superação, entrelaçando esses acontecimentos ao processo histórico de construção da categoria extensão universitária. A saber, conforme a seguir:

A União Nacional dos Estudantes (UNE) propunha uma atuação que levasse o “estudante a participar da vida social das comunidades, propiciando a troca de experiências”. Esses princípios viriam a influenciar posteriormente a fase/face da extensão que denominaremos aqui como dialógica. (Nogueira, 2001, p.59, apud Oliveira et al., 2015, p. 12).

Com as ideias atribuídas por Paulo Freire, o professor dirigiu na Universidade de Recife o denominado “Serviço de Extensão Universitária”, o que levou à integração do corpo da universidade, junto às questões importantes que estavam postas no cenário brasileiro, havendo dessa forma, uma grande aproximação da universidade com as demais camadas da sociedade. Neste ponto, chegamos a principal contribuição de Paulo Freire à categoria extensão universitária no Brasil, através de sua obra produzida: “Extensão ou Comunicação?”, escrito durante a sua fase de seu exílio no Chile, em 1969.

A partir da influência das ideias de Paulo Freire, o Ministério da Educação criou a Coordenação das Atividades de Extensão (CODAE), a qual infelizmente foi extinta em 1979 e, que, elaborou o Plano de Trabalho da Extensão Universitária. Dessa forma, a extensão na universidade pôde tornar-se institucionalizada e cada vez mais fortalecida neste cenário acadêmico, com um viés de atendimento às demandas da população em geral, no sentido de retroalimentação e troca de saberes acadêmico e popular. Nesse período em que se criou o Plano de Trabalho de Extensão Universitária, houve avanços no que diz respeito a concepção da extensão como potência para a formação, ao mesmo tempo em que ocorria no cenário brasileiro atravessado pela Ditadura Militar, um

como o mais duro dos Atos Institucionais, que eram diplomas legais emitidos pelo poder executivo entre os anos de 1964 e 1969. POLITIZE. Fonte: https://www.politize.com.br/ato-institucional-5/?https://www.politize.com.br/&gad_source=1&gclid=Cj0KCQjw28W2BhC7ARIAsAPerrcKQmJ4sHeir6Yt0x9mfp7nSNwDkYv8_XPmxA6fM_BsNPtV5W9-r8oaAvkyEALw_wcB Acesso em: 12 ago. 2024.

processo lento e gradual no projeto de regime militar, indicando assim, o “retorno” da sociedade civil democrática. Ao final da década de 1970 e no início de 1980, surgiram inúmeros movimentos populares e associações civis, inclusive sindicais; foram feitas reformas na legislação partidária, que permitiram a criação de novos partidos políticos; e, por fim, foi aprovada a anistia política.

Estava posta a luta pelo retorno ao estado democrático de direito e, também, pela reconstrução das instituições políticas e sociais. A concepção de Universidade Pública, também foi reelaborada no meio dessa efervescência, através de redefinições das práticas de Ensino, Pesquisa e Extensão. A visão assistencialista das ações extensionistas que eram disseminadas pelo regime militar, foram postas em questionamento. A Extensão Universitária a partir desse momento, passou a ser percebida como um processo que articula o Ensino e a Pesquisa e se relaciona com os novos movimentos sociais, o que foi um grande ganho para a construção de uma relação dialógica com as demais camadas da sociedade, para além do “mundo acadêmico”.

Embora ainda restrita à dimensão processual, a busca da institucionalização da Extensão tornou-se o principal desafio, em relação aos meios de viabilizar essa ocorrência. Ademais, Paulo Freire tem uma importante contribuição para a extensão universitária no Brasil, a qual determina que, a universidade como era conhecida até o momento, cria mecanismos e metodologia para que haja a interação entre o que é visto como o saber técnico-científico e as culturas populares, referente a maior e mais pauperizada camada da sociedade brasileira. No tocante, cabe destacar, que:

Ainda na década de 1970 uma importante contribuição é dada por Paulo Freire, a partir da obra que escreveu durante seu exílio no Chile, “Extensão ou Comunicação”. Nessa obra, Freire analisa a semântica do termo extensão e seus equívocos gnosiológicos, propondo uma extensão que vise não à transmissão de conteúdos, mas à comunicação de conhecimentos, portanto dialógica. (Oliveira et al., 2015, p. 12).

Paulo Freire torna-se um potente instrumento para a categoria da extensão universitária, por tratar-se de um educador importante para a representação da temática nas universidades, e incorpora uma crítica ao modelo de extensão que era interpretado, praticado e difundido no Brasil até aquele momento. Ou seja, a extensão universitária

neste momento, sofre uma espécie de “reconceitualização” – para aqueles que querem compreendê-la em sua totalidade utilizando como base, o conceito do autor supramencionado:

Conhecer, na dimensão humana, que aqui nos interessa, qualquer que seja o nível em que se dê, não é o ato através do qual um sujeito, transformado em objeto, recebe dócil e passivamente, os conteúdos que outro lhe dá ou impõe. [...] O conhecimento, pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer uma ação transformadora sobre a realidade. Demonstra uma busca constante. Implica em invenção e em reinvenção. Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer, pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer-se assim, percebe o “como” de seu conhecer e os condicionamentos a qual está submetido seu ato.

[...] Conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos. E é como sujeito e somente enquanto sujeito, que o homem pode realmente conhecer. (Freire, 2010, p. 27).

Passado o período anterior, embora com todas as mazelas disseminadas pelo Brasil, dado seu posto enquanto país periférico da América Latina e protagonista de um longo e doloroso processo ditatorial, os grupos que se organizavam em lutas – assim como os estudantes, a classe operária e a camada rural e/ou camponesa – seguiam resistindo às transgressões que eram impostas. No ano de 1970, as mobilizações desses grupos, em massa, elevam as reivindicações sobretudo, para a esfera pública, com o objetivo de ampliar as lutas e cobrar soluções em face ao cenário exposto, ao Estado:

Note-se que, em 1980, ainda não se falava de “políticas públicas”, que é expressão que vai se generalizar depois do fim da ditadura, como expressão do avanço da luta democrática, que ampliará o elenco de sujeitos e direitos reconhecidos, que passaram a incluir os direitos ambientais; a ampliação da abrangência dos direitos humanos, pela explicitação dos direitos de crianças, adolescentes e idosos; pela universalização da atenção à saúde; pelas lutas contra as discriminações de gênero, étnico-raciais e homofóbicas. (Paula, 2013, p. 18).

A história da extensão universitária no Brasil, se relaciona intrinsecamente à história do ensino superior no país, a qual, através de movimentos sociais e períodos desafiadores de lutas por garantias de direitos à educação, pôde conquistar o direcionamento da extensão universitária a ser acrescentado no artigo 207 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), como parte integrativa dos currículos dos cursos de

ensino superior no país. Devendo estes, trabalharem em suas respectivas reformulações, para se adequarem à exigência prevista em relação ao cumprimento de 10% da carga horária total de todos os cursos, para destino às ações de extensão universitária. Mas a sua história, é antecedida por outros quesitos importantes.

O conceito de extensão universitária no Brasil, se refere ao envolvimento da universidade com a sociedade, associado ao ideal de transformação societária, na qual a Universidade através de seu compromisso social deve produzir conhecimento para ajudar na construção de respostas rápidas às demandas sociais (FORPROEX, 2012).

Em um resgate histórico, a extensão se constrói a partir do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, constituindo a partir dessa tríade, o pilar do ensino superior brasileiro. Este pilar, é responsável pela “sustentação” do ensino superior brasileiro, correspondendo a necessidade de superação da lógica de formação profissional restrita, contribuindo para o acesso e alcance de uma formação mais ampla, no sentido ético, humanizado e de comprometimento com o mundo ao seu redor, no que diz respeito a interlocução com a sociedade para “fora dos muros” da universidade.

É impossível dissociar da construção histórica da extensão universitária no interior do ensino superior brasileiro, a educação como um todo. A educação é historicamente debatida no âmbito do senso comum, como uma temática central e objeto de grande responsabilidade no quesito transformação da sociedade, sendo atribuída a ela, as maiores possibilidades onde o ser humano enquanto sujeito, pode desenvolver habilidades e competências as quais irão permitir que o mesmo se desenvolva pessoal e profissionalmente, contribuindo para o seu desenvolvimento econômico e social e, também do país.

Portanto, para que a educação no ensino superior seja um cenário de múltiplas possibilidades de aprendizado e desenvolvimento mútuo objetivando a transformação social dos indivíduos, é importante que seu conteúdo não seja reduzido aos “moldes tradicionais” e “ultrapassados”, os quais consideravam como saber, unicamente o que está inserido na academia, como nas escolas e universidades, deslegitimando outras culturas e outros saberes. A extensão universitária busca, justamente, a união desses dois espaços: o da academia e o que está fora dela – o qual é tão rico, amplo e potente.

2 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E O ENSINO SUPERIOR PÚBLICO BRASILEIRO

2.1 A importância da Extensão Universitária, os desafios postos à implementação da sua curricularização e a sua estrutura formativa no ensino superior público

A extensão universitária no âmbito do ensino superior público brasileiro, principalmente nas universidades federais, possui bases sólidas, estas que a coloca como elemento central na formação do/da estudante, do professor e no intercâmbio com os demais setores e grupos da sociedade. A Extensão pode englobar um grande número de ações na universidade e, para entender o escopo dessas ações e o seu sentido de ser, faz-se necessário entender o que é a extensão e qual a sua concepção, quais as suas finalidades e a sua importância para a universidade, o/a estudante, o/a professor e/ou técnico e, principalmente, para a sociedade.

A Constituição Federal de 1988 garantiu em seus termos, a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão enquanto um princípio a ser obedecido pelas universidades, enquanto em 2001, o Plano Nacional de Educação 2001-2010 (Lei Federal nº 10.172/2001) trouxe em sua Meta 23 para a educação superior, a necessidade de ter a atuação de estudantes em atividades de extensão com o mínimo de dez por cento (10%) do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no país.

Ou seja, estava estabelecida então, a necessidade de ter o que é denominado nesta pesquisa como a “curricularização da extensão universitária”, que é justamente tornar a extensão parte integrante do currículo pleno de todos os cursos de graduação, reorganizando assim, os projetos pedagógicos vigentes, da melhor forma a incluir a extensão, e não a tornar uma exigência que cause entrave e o não aproveitamento para a formação profissional.

Porém, foram encontrados diversos limites para a aplicação desta orientação de curricularização da extensão, dentre eles: a falta de recursos financeiros e organizacionais; o conservadorismo universitário; a dificuldade de normatizar e implantar as ações de extensão nos currículos, de forma transversal e conectada; a não pontuação

da extensão nos currículos docentes para ascensões funcionais e a definição da alocação dessas atividades para os docentes (FORPROEX, 2012).

No terceiro Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 continua constando a necessidade urgente de universalização da extensão, mantendo os 10% de obrigatoriedade curricular e, além disso, orientando sua integralização em programas e projetos em áreas de pertinência social, exclusivamente, conforme pode ser visto também na Política Nacional de Extensão, a extensão universitária fortalece suas implicações de qualificação pedagógica que são alinhadas às demandas da sociedade e à estrutura curricular. Mas, sem atividades consistentes por parte da comunidade acadêmica em relação a Extensão, infelizmente a indissociabilidade permanecerá apenas fincada em uma Lei.

A referida Meta foi reafirmada na Estratégia 12.7 do novo Plano Nacional de Educação (2014-2024), que visa “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (BRASIL, 2014). Sendo assim, inserir a extensão em uma matriz curricular reforça o preceito constitucional da indissociabilidade, como previsto na Política Nacional de Extensão (FORPROEX, 2012).

A estratégia 12.7 possibilita o rompimento com a velha ideia de que pesquisa produz conhecimento, ensino difunde conhecimento para os estudantes e extensão difunde conhecimento para a comunidade externa, quando na verdade, essa ampla relação resulta na promoção e garantia dos valores democráticos, da equidade e do desenvolvimento da sociedade (isso inclui a comunidade acadêmica) em suas dimensões humana, ética, econômica, cultural, social.

O segundo grande passo nessa compreensão – o mais importante –, é conceber a curricularização da extensão como uma potente estratégia de transformação de práticas pedagógicas, tendo como desafio principal, a substituição de conhecimentos a partir de metodologias tradicionais de ensino por estratégias criadas a partir de práticas extensionistas, de forma a repensar e reelaborar práticas docentes e disciplinas já existentes através de conteúdos tradicionais.

A universidade possui em sua concepção política, uma gama de contribuições a fazer para a sociedade brasileira, através do tripé: ensino, pesquisa e extensão. Mas, é imprescindível considerar a grandeza dessa relação transversal, a qual compõe a uma pluralidade de perspectivas, pois as outras camadas da sociedade que não compõem a esfera “academicista”, também possuem contribuições à universidade. É necessário que haja a intenção de construir uma universidade democrática, e para que seja viabilizada essa construção, a complexidade do mundo e das suas relações de luta de classes deve ser reconhecida e não ignorada para fora dos muros da universidade, estimulando o pensamento crítico às diversas realidades sociais, políticas e econômicas que atravessam esses cenários.

A concepção e a atuação das universidades brasileiras em face às atividades de extensão universitária, que são executadas, buscando principalmente, um diálogo com a sociedade e seus enfrentamentos às expressões da Questão Social. Essas atividades possuem diversos destinatários: grupos sociais populares e suas organizações; movimentos sociais; comunidades locais ou regionais; governos locais; o setor público e o setor privado.

A Extensão, tal como está elencada na concepção da Política Nacional de Extensão Universitária, exige, por sua vez, uma concepção de universidade, em que a educação seja vista com direito e não como um privilégio ou um simples serviço devolutivo à sociedade, através de práticas extensionistas. E para que seja efetivada essa perspectiva em um caráter universal, há a necessidade da democratização do Estado.

Há, em 2012, a criação da Política Nacional de Extensão Universitária, um documento muito significativo para a história e o panorama geral da extensão universitária no Brasil, o qual é atualmente, um norteador teórico para a compreensão, apropriação e consulta da concepção de extensão por parte de diversas IES. Principalmente, quando estas se reúnem para pensar a curricularização da extensão, conforme exigido pela Política e o PNE 2014-2024.

Através da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e tendo como base norteadora o Plano Nacional de Extensão Universitária, publicado em 1999, a partir de reuniões sequenciais no Fórum de Pró-

Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), materializase, então, o compromisso das Universidades signatárias, estabelecido por meio de seus Pró-Reitores de Extensão, com a transformação da Universidade Pública, de forma a torná-la uma ferramenta com objetivo de encadear mudanças sociais em direção à justiça, à solidariedade e à democracia, através de uma Política Nacional, apresentando uma análise da conjuntura atual, propondo estratégias para a consolidação da Extensão.

A atual Política articula, de forma efetiva, o caráter constitucional da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão no ambiente universitário. Dada a apresentação anterior, é visto então, que subsídios teóricos, uma política própria e regulamentações vigentes não faltam como instrumentos sólidos para garantir às Instituições de Ensino Superior, o pleno atendimento à demanda apresentada pelo PNE, no que diz respeito a importante etapa de curricularizar a extensão nos currículos dos cursos de graduação, reformulando os projetos pedagógicos vigentes, para aprimorá-los à observância da extensão universitária como uma prática potente a uma formação profissional para além do que já é previsto nos moldes de ensino.

O processo de curricularização da extensão universitária nos projetos pedagógicos de cursos do ensino superior representa um rompimento com a organização pedagógica tradicional presente nas Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras. Até o ano de 2022, a maioria das atividades de extensão foram realizadas de forma isolada, não obrigatória e desvinculadas da estrutura curricular dos cursos de graduação.

É visto no cenário brasileiro, que a partir de 2022, busca-se, de fato, construir os meios e as ferramentas necessárias para o cumprimento da curricularização da extensão. De forma a integrar a extensão como um dos elementos centrais no currículo formativo do ensino superior, juntamente com o ensino e a pesquisa, garantido a harmonia entre o tripé que sustenta o ambiente de ensino e aprendizagem nas universidades brasileiras.

Dessa forma, é estabelecida a necessidade de alocar as horas de extensão na grade curricular dos cursos de graduação, sob a normativa de destinar 10% de parte do currículo para os fins de extensão. A estrutura e como se dará os caminhos para esse processo, são de responsabilidade das IES, as quais deverão compor grupos de trabalho para repensar a reorganização e a melhor maneira de como incluir a extensão como parte fundamental do

processo formativo do/da estudante de ensino superior, lembrando sempre de tornar esse processo um estímulo pedagógico, inter, trans e multi-disciplinar, e não como uma mera exigência burocrática.

A extensão deverá compor, então, parte dos cursos, seja através de disciplinas em que dialoguem o exercício e a história da extensão, bem como as atividades práticas que coloquem o aluno no centro do fazer extensionista, enquanto produtor das ações determinadas.

Pensar a curricularização da extensão nos cursos de graduação é pensar a extensão permeada nos componentes curriculares e não como um componente curricular específico. O primeiro passo para compreender a proposta é entender que a extensão passa a ser um elemento que tem que fazer parte do currículo do curso, de forma transversal, e ter um papel formativo.

Essa relação é considerada como oportunidade de aprendizado para os docentes e discentes, que devem levar de volta à universidade o saber aprendido e estabelecer uma reflexão teórica, para que se produza um novo conhecimento, baseado no confronto entre teoria e prática. Esse processo, que possibilita a troca de saberes acadêmico e popular, permite, além do confronto da teoria com a realidade, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação da comunidade no processo de construção e atuação da universidade para além de seus muros, por vezes, tão altos e tão longes de outros setores da sociedade.

Por isso, a inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação requer um repensar o que até então era a prática extensionista nas universidades, de modo a potencializar as possibilidades e dimensionar as dificuldades no processo de planejamento e estruturação das estratégias para inserção das ações de extensão nos projetos pedagógicos dos cursos.

Através do conceito de extensão defendido pelo FORPROEX (2012) enquanto processo acadêmico definido e efetivado em função das demandas sociais, políticas, econômicas e culturais da sociedade e da proposta pedagógica dos cursos, coerente com as políticas públicas e indispensável à formação cidadã, propõe-se a alteração da forma

irretocável, dos cursos para uma flexibilização curricular regida pelo compromisso social e na responsabilidade ético-política das universidades com a sociedade brasileira.

A natureza da atividade extensionista requer uma postura sensível, aberta à intere e à transdisciplinaridade, pois se consolida por meio do diálogo plural e do respeito à alteridade. Uma postura que se tece nas experiências vividas e sentidas junto com a sociedade e, justamente por isso, possível de ressignificar as práticas de formação nos campos do ensino e da pesquisa.

Dessa forma, entende-se que inserir a extensão nos currículos dos cursos de graduação deve ser motivado para além de uma normativa, considerando que a extensão não pode ser entendida como um apêndice, de forma isolada, entre as funções da universidade. Ela deve ser incluída como parte indissociável do ensino e da pesquisa nas práticas pedagógicas de todos os currículos.

Além disso, a educação precisa ser integral e não fragmentada, e o princípio da integralidade é fundamental ao se pensar sobre a extensão. É preciso conectar os três pilares da universidade, para que o currículo não seja visto apenas como a soma de um conjunto de disciplinas. O currículo de um curso no Ensino superior deve traduzir um projeto político pedagógico integrado, sendo este ponto, um dos principais desafios da curricularização da extensão.

Considerando outros pressupostos – igualmente fundamentais para a formação do estudante, para construção do conhecimento e para a comunidade – tais como a interprofissionalidade, a flexibilidade curricular, o impacto na formação do estudante, a transformação social e a própria função social da universidade, a curricularização da extensão constitui-se um desafio para as universidades, considerando que um novo olhar para os currículos dos cursos de graduação passa a ser um movimento necessário.

Assim, a inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação desafia as instituições de ensino superior brasileiras a ressignificarem seus conceitos e práticas extensionistas e, principalmente, as práticas de ensino, a estruturação curricular, e o papel formativo e da universidade na sociedade, com a proposta de abranger experiências integradas, de natureza interdisciplinar, político-educacional, cultural, científica e tecnológica, tornando ainda, a comunidade como parte desse processo e construção de

soluções coletivas, as quais serão elaboradas em ações de extensão regulamentadas formalmente na universidade.

Para ser considerada ação de extensão, esta deve envolver obrigatoriamente a participação de professores, técnicos administrativos, estudantes e demais setores da sociedade, formulando em conjunto, projetos, cursos e eventos que atendam as demandas da sociedade e, ao mesmo tempo, coloquem em questão os saberes gerados na universidade.

Sendo assim, a proposta da Extensão Universitária é permitir ao estudante uma formação mais cidadã e possibilitar a interação com novas realidades que certamente complementam as experiências vividas no mundo acadêmico, em que há uma construção coletiva, troca de saberes e aprendizados por parte de todos os atores envolvidos nesses encontros.

Em relação a evolução da extensão universitária, historicamente, e do seu conjunto legal no Brasil, é notado o esforço para que esta atividade não esteja em segundo plano nas estratégias de ações da política de educação do ensino superior e, principalmente para que a mesma transcendia o assistencialismo em suas práticas.

Pensando a nível nacional e no cenário brasileiro, alguns desafios são comuns, como a derrubada dos muros do mundo acadêmico, da educação enquanto ainda um privilégio de acesso para poucas camadas da sociedade, a conexão necessária e urgente com a realidade social posta, através da articulação entre teoria e prática, o respeito e valorização à diversidade de sujeitos e das práticas e conhecimentos dos setores da sociedade que se articulam com a universidade e suas ações, através de uma perspectiva inter e transdisciplinar.

Assim, vê-se a necessidade de estudos acerca dos modelos de implantação da curricularização da extensão no contexto brasileiro, fomentando e elucidando as diversas experiências institucionais de construção desse processo e os frutos de sua institucionalização da extensão. Curricularizar a extensão é sinônimo de transformação, e ela não acontece em apenas uma direção. Apesar de todo o entendimento em relação ao potente processo de curricularizar a extensão nas universidades, é importante expandir os olhares para toda a comunidade acadêmica e, os atravessamentos que com ela são

carregados, muito para além dos muros acadêmicos. Quando é pensado, por exemplo, na realidade de estudantes trabalhadores

É visto que, curricularizar a extensão é uma meta importante e imprescindível, como já foi apresentado em diversas regulamentações ao longo deste trabalho. Porém, é preciso também, compreender os limites existentes em relação à sociedade capitalista em que a política de educação está inserida, com exemplos diversos e constantes de “ataques” a educação, principalmente a educação pública, gratuita, e de qualidade, a qual não pode ser sustentada apenas pelo modelo de ensino, mas sim, precisa do conjunto no qual é defendido integralmente pelas universidades federais, o qual é composto por: ensino, pesquisa e extensão.

Entretanto, diferentes setores da sociedade, no Brasil, unidos em uma mesma lógica mercadológica e neoliberal, agem progressivamente em união, com o objetivo central de “desmontar” o ensino superior público tal qual como ele é integrado atualmente, com a justificativa – que já é conhecida entre os projetos de privatização dos equipamentos públicos do Estado – de uma perspectiva modernizadora, democrática e de investimento ao alcance das camadas mais pobres da população brasileira. Contudo, quando é possível aprofundar-se na “raíz” do assunto, é notória a contradição e quiçá, a mentira existente entre esse processo, pois a intenção principal é apenas o lucro, como um dos pilares do modo de produção capitalista o qual dita as regras das relações econômicas no Brasil.

Para dar ênfase a este assunto através de um dado real e contemporâneo, recentemente, mais precisamente no dia 07 de novembro de 2024, foi disponibilizado através de mídias digitais (em sites de notícias de interesses políticos e sociais), um relatório, sob o título: "Um olhar sobre o ensino superior no Brasil", lançado no Rio de Janeiro, o qual foi construído por um Grupo de Trabalho (GT) que se reúne em torno da discussão sobre o Ensino Superior Brasileiro e integra a Academia Brasileira de Ciências (ABC)⁹. Esse relatório sugere a criação de “faculdades federais”, completamente

⁹ A Academia Brasileira de Ciências (ABC) é uma entidade independente, não governamental e sem fins lucrativos. Com um quadro atual de mais de 900 membros, a ABC é reconhecidamente a mais prestigiosa associação de cientistas no país. Seu foco é o desenvolvimento científico, educacional e do bem-estar social do país. Contribui para a promoção da ciência através do reconhecimento do mérito científico, a publicação

diferentes das universidades federais já existentes no Brasil, e com um projeto político que visa interesses distintos de quem defende o ensino sem excluir a integração com a pesquisa e com a extensão.

Ademais, o relatório segue discorrendo que, essas futuras instituições deverão denominar-se como “Faculdade Federal do Brasil (FFB)”, objetivando em suas estruturas, o foco no ensino, perfazendo o complemento às universidades federais e aos institutos Federais (IFs) brasileiros. É de ressaltar a atenção ao conteúdo que compõe este relatório, quando observado o foco de atuação destas criações institucionais: ensino de graduação e a promoção da massificação do Ensino Superior com “qualidade”.

O que torna essa descrição bastante contraditória, em tempos de neoliberalismo e de constantes ataques a educação pública, gratuita e de qualidade à toda a população brasileira, trata-se do enfoque ao ensino separado da pesquisa e da extensão, e com o objetivo ao alcance da “grande massa” – ou seja, pessoas, na maioria classe trabalhadora que já são ou que irão se tornar – e que não tiveram acesso ao ensino superior, para uma formação muito específica: mão de obra com nível superior/técnico aptas para inserção no mercado de trabalho através de especialização.

Esse projeto se torna mais “assustador”, em relação ao modelo de ensino proposto, quando visualiza-se que o Relatório recomenda para que haja flexibilidade e diversidade de opções de percurso acadêmico e horários para os alunos, menos tempo em sala de aula e a incorporação de aspectos de Ensino À Distância (EAD) através da inserção de novas tecnologias. Ainda, o documento explica, através do GT, a força do EAD no Brasil e reafirma a necessidade de qualificar a oferta dessa modalidade de ensino, através do ensino público, elencando que, atualmente, os cursos de graduação oferecidos à distância, são majoritariamente em instituições privadas e de baixíssima qualidade.

Com esse viés apresentado, o relatório recomenda que haja também, ações para “modernizar o ensino” e ressalta a importância de recuperar a infraestrutura do Ensino Superior público e combater a evasão nas universidades e institutos federais,

do periódico Anais da ABC e o estudo de temas de primeira importância para a sociedade, visando dar subsídios científicos para a formulação de políticas públicas. Fonte: <https://www.abc.org.br/>. Acesso em: 11 nov. 2024.

evidenciando a necessidade de melhoria no quesito de auxílio aos estudantes (como bolsas, residência e alimentação). Porém, determina que para um estímulo à sua permanência na instituição, seja adotado um “modelo flexível” que permita ao estudante definir seu itinerário acadêmico.

Ou seja, é possível concluir com o conteúdo deste relatório, que, há um grande problema em tempos de neoliberalismo, onde projetos de diferentes interesses da classe burguesa/capitalista, se fazem presente no interior do ensino superior, na ciência e no ensino – especialmente através do Estado –, sugerindo e transformando ideias de profundo avanço contrarreformistas na educação pública, a qual prevê, através deste relatório apresentado, a exclusão da pesquisa e da extensão do ensino público de qualidade, objetivando a formação no ensino superior voltada à massificação de uma mão de obra qualificada para o mercado de trabalho. E nada mais.

Dito isso, é preciso que as esferas das IES estejam atentas à essas movimentações que se “fantasiam” de mudanças favoráveis, quando, na verdade, querem erradicar a interação dialógica a qual busca a superação do discurso da hegemonia acadêmica existente no ensino superior, através da pesquisa e da extensão e, formar mão de obra a serviço da expansão do capital, como se importante mesmo, fosse só o ensino clássico apresentado em sala de aula. Distanciando-se, por exemplo, da extensão universitária enquanto um espaço transformador, rico, amplo e potente em diversos âmbitos à formação profissional, o qual é um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2012). Sendo assim, é coerente concluir o quanto a extensão universitária é importante na formação no ensino superior, mas que, os desafios postos à sua implementação são muitos, e se relacionam no interior das esferas que conduzem a própria Política de Educação no Brasil.

2.2 A Experiência na Universidade Federal do Rio de Janeiro acerca da inclusão da Extensão Universitária nos currículos dos cursos de graduação e as regulamentações vigentes na Pró-Reitoria de Extensão (PR-5/UFRJ)

Como visto em tópicos anteriores, a curricularização da extensão universitária não é uma exigência posta recentemente, mas sim, uma definição bastante antiga, a qual já estava prevista por exemplo, no interior da Constituição Federal de 1988 e nos dois últimos PNEs, em relação a necessidade de reservar 10% do currículo dos cursos de graduação no Ensino superior de todas as instituições brasileiras, à creditação curricular obrigatória para as atividades de caráter extensionista.

Entretanto, apesar de todos os processos que buscaram institucionalizar a extensão universitária aos moldes do que está previsto na Constituição e no PNE vigente 2014-2024, bem como na Política Nacional de Extensão Universitária, tornar a extensão efetivamente como parte constituinte em 10% de todos currículos de graduação dos cursos no Ensino superior do país, foi e tem sido, um grande desafio, que segue em andamento. Algumas universidades brasileiras já curricularizaram a extensão, a exemplo da UFRJ – ainda que tardiamente – outras Instituições de Ensino Superior, ainda estão perfazendo caminhos para esse processo. É preciso, contudo, reunir esforços para que haja a garantia da integralidade desse processo, não havendo a possibilidade de não o fazer. Na UFRJ, há a compreensão indissociável, de que as atividades de extensão são parte integrantes dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação e, sendo parte constitutiva da formação acadêmica, devem contribuir com um caráter qualitativo, para além do que já é previsto, enquanto atividade curricular na formação dos estudantes.

Assim, através do exposto, tendo em vista a necessidade de seguir com o cumprimento da legislação vigente sobre a integralização das atividades de extensão aos cursos de graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), enquanto parte do currículo e com carga horária a ser creditada, a Pró-Reitoria de Extensão (PR-5) em 19 de setembro de 2006 realizou um Seminário com o tema: “Flexibilização Curricular” e passou a discutir essa temática nos Congressos de Extensão realizados na UFRJ, além de outros estados do Brasil. Entretanto, apesar desse momento ter gerado a elaboração de

um documento final, ele não foi suficiente para desdobrar-se em ações concretas, rumo à curricularização da extensão na UFRJ.

Ao final do ano de 2011, a PR-5 com o apoio da Plenária de Coordenadores de Extensão de Centros e Unidades e da Pró-Reitoria de Graduação, realizou uma pesquisa intitulada: “(Re)conhecendo a extensão na UFRJ: levantamento de atividades de extensão passíveis de receber créditos nos Cursos de Graduação da UFRJ”, objetivando a finalidade de realizar um mapeamento de todas as atividades de extensão passíveis de ganharem créditos, desde disciplinas obrigatórias e eletivas, RCS, até participação em programas, projetos de extensão e eventos (seminários, congressos etc.) e verificar se a atividade extensionista fazia parte do projeto político pedagógico de cada curso, neste caso, quais cursos já creditavam as horas de extensão e de que maneira esse processo era feito.

Constatou-se então, que, alguns cursos já creditavam horas de extensão, através de modalidades complementares, por atuação do corpo discente em programas, projetos, cursos e eventos de extensão e, por fim, por meio de disciplinas consideradas “de extensão”. Entretanto, é importante salientar que, nenhum curso conseguia atribuir à extensão em sua grade curricular, o percentual obrigatório de 10%.

Com essa dinâmica de resultado da pesquisa interna na UFRJ, a temática se tornou objeto central de discussão em diferentes reuniões e eventos da universidade, até a proposição da criação de uma resolução interna para normatizar o que estava previsto no último PNE 2014-2024 e, mais recentemente, no Conselho Nacional de Educação, através da Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, a qual estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/201.

No entanto, para viabilizar o cumprimento da meta do PNE e avançar no reconhecimento e integralização curricular das atividades de extensão, foi elaborada a Resolução CEG Nº 02/2013, construída democraticamente com a participação dos coordenadores de extensão das unidades e dos centros de ensino da UFRJ, sendo aprovada por unanimidade pelo Conselho de Ensino de Graduação (CEG) no dia 05 de junho de 2013. Essa resolução é a primeira e a principal existente, em que regulamenta o registro

e a inclusão das atividades de extensão nos currículos dos cursos de graduação da UFRJ, prevendo enfim, a obrigatoriedade em todos os cursos de graduação da universidade, de destinar 10% do total da carga horária para as atividades de extensão. Porém, o prazo para essa adequação aos cursos se tornou pequeno, sendo necessário uma prorrogação, a qual foi considerada para o primeiro semestre de 2017.

Depois desse momento, foi necessária uma articulação com vistas à inclusão e creditação da extensão, de acordo com a particularidade de cada curso de graduação. Com isso, foi necessária uma nova rotina de reuniões e encontros para pensar coletivamente, o que foi possível, viabilizado pelos Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs)¹⁰, em todas as unidades acadêmicas da UFRJ, sendo primordialmente uma decisão, a de não aumentar a carga horária total do curso devido a necessidade de incluir a extensão, de modo que o currículo não sofresse morosidade em sua conclusão.

Neste período exposto, ocorria na UFRJ uma discussão acerca da carreira docente universitária – a qual é permeada por diversas exigências, também curriculares, de cumprimento de atividades acadêmicas, como ensino-pesquisa-extensão, para a progressão profissional e salarial – em relação às atividades de extensão serem incluídas como parte fundamental ao exercício da docência e, devendo assim, o docente planejar e coordenar ações de extensão (em suas variadas modalidades, segundo a Resolução nº 138 de novembro de 2022). Assim, houve a aprovação de uma nova Resolução, a de nº 08 de 2014, do Conselho Universitário (CONSUNI), a qual estabelece normas e critérios para o desenvolvimento na Carreira de Magistério Federal da UFRJ.

Nesse sentido, os processos estavam ocorrendo na UFRJ e, portanto, restava solucionar o impasse “burocrático” de como fazer a implementação da extensão nos currículos dos cursos de graduação da melhor maneira e com o melhor aproveitamento de todos os componentes curriculares das grades respectivas. Nesse momento, é

¹⁰Os Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) são grupos de docentes que atuam na gestão acadêmica de cada curso de graduação e possuem uma função consultiva, propositiva, avaliativa e de assessoramento sobre matéria de natureza acadêmica do curso. O NDE compõe a estrutura de gestão acadêmica do curso sendo responsável pela elaboração, implementação, atualização, consolidação e avaliação do Projeto Pedagógico do Curso. É estabelecido através da Resolução CEG 06/2012 na UFRJ. Fonte: <https://www.bcmt.ufrj.br/index.php/n-d-e/>. Acesso em: 22. Nov. 2024.

importante elencar que, ocorrerá a explicação de como a extensão foi curricularizada nos cursos da UFRJ. A partir de reuniões supramencionadas, ficou acordado a criação de um único componente curricular.

Mas, o que seria esse componente curricular? Na UFRJ, o currículo de cada curso é composto por dois componentes: a disciplina, que é o que se denomina como “inflexível” e, o Requisito Curricular Suplementar (RCS), o qual é “flexível”, no sentido do currículo, como por exemplo, no RCS está vinculado o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), o estágio supervisionado, dentre outras possibilidades de atividades complementares pré-existentes. A partir disso, foi criado para cada curso, um RCS único e próprio para a creditação da carga horária de extensão – a ser resolvida pedagogicamente em cada curso e sua respectiva grade de formação – a qual ficou acordada por criação e nomeação de um código e, a inscrição deste código inserida diretamente no SIGA (cada curso ficou responsável por essa manutenção, sendo especialmente essas ações vinculadas à Coordenação de Graduação e de Extensão de cada unidade acadêmica da UFRJ).

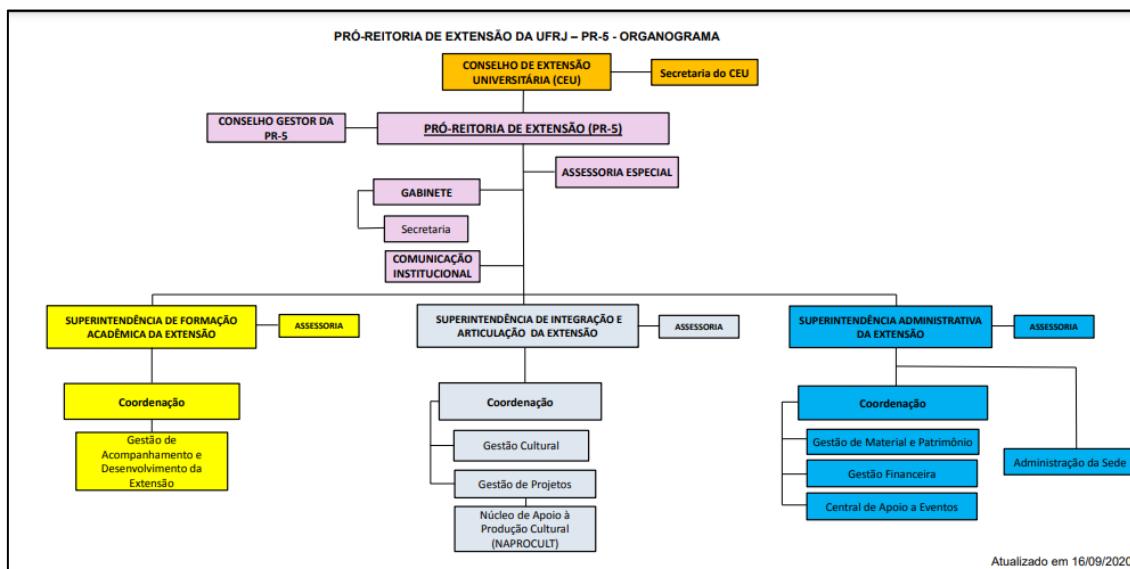
Cabe destacar, também, que, houve a possibilidade de creditar a extensão em uma divisão de atividades, as quais seriam compostas por disciplinas mistas (com a temática da extensão universitária e atribuindo carga horária de extensão ao estudante que a cursou), para além de só as atividades práticas, propriamente, em que o/a estudante precisa estar vinculado a uma ação (projeto, programa, curso, evento ou prestação de serviços), através da sua inscrição em seu RCS único de seu referido curso. Para exemplificar essa possibilidade, o curso de Serviço Social da UFRJ possui em sua grade essa adequação específica – a qual veremos no próximo capítulo de forma mais detalhada.

Para além da explicação de todas as etapas realizadas a fim de tornar a extensão curricularizada no cenário acadêmico da UFRJ, é importante descrever, também, a estrutura organizacional da Pró-Reitoria de Extensão (PR-5), o setor responsável pelo desencadeamento de toda essa organização estrutural e curricular na universidade. A unidade física da PR-5 se estrutura no Campus Fundão da UFRJ e é organizada da seguinte forma: Pró-Reitoria e Assessoria Especial; Secretaria da Pró-Reitoria de Extensão; Secretaria do Conselho de Extensão Universitária (CEU); Coordenação de

Comunicação; Superintendência de Formação Acadêmica de Extensão; Superintendência de Integração e Articulação da Extensão; Superintendência Administrativa de Extensão; Coordenação Administrativa de Extensão e Coordenação de Formação Acadêmica de Extensão. É importante elencar que, esta última Coordenação é responsável pelo diálogo, apoio e comunicação com as unidades acadêmicas, sendo o setor responsável também pelo Plantão da Extensão – organizado pela PR-5 como um espaço aberto para quaisquer pessoas da comunidade acadêmica que queiram tirar dúvidas e/ou fazer algum tipo de solicitação à esta Pró-Reitoria – e, também pelo atendimento através de “ticket” no qual o corpo da universidade pode solicitar, também, através do site do setor supracitado.

Abaixo, é possível visualizar o Organograma da PR-5:

Figura 1 – Organograma da Pró-Reitoria de Extensão da UFRJ (PR-5).



Fonte: Pró-Reitoria de Extensão (PR-5).

A partir dessa organização de atuação profissional, a extensão universitária na UFRJ é subsidiada por diversas normativas e regulamentações, tanto próprias da instituição supramencionada, quanto pela legislação vigente no âmbito nacional. Na referida universidade, as regulamentações da extensão estão compiladas e reunidas nos canais oficiais da PR-5 (como no site oficial da instituição) e, são documentos importantes

que descrevem as regras e os parâmetros da creditação¹¹ da extensão na universidade, tanto para o corpo discente, quanto para o corpo técnico de nível superior e docente – estes últimos, que podem ser responsáveis por coordenar as ações de extensão existentes na instituição. Por fim, há também, o setor denominado de Conselho de Ensino de Graduação (CEG), o qual dialoga diretamente com a PR-5 para viabilizar as ações de extensão nos cursos de graduação e, juntos, propõem e constroem regulamentações determinantes, também.

Todos esses documentos são parte da construção da extensão na universidade, sendo muito importante como parâmetros e diretrizes que precisam e devem sempre ser consultadas pela comunidade acadêmica. A partir da curricularização da extensão na universidade, determinada formalmente em 2019, muitas resoluções da UFRJ foram atualizadas e, seguem sendo reatualizadas sempre que necessário. Algumas dessas resoluções já foram utilizadas como base de explicações dadas anteriormente. São elas:

A) Legislação Nacional da Extensão Universitária

- Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988;
- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB);
- Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001 - Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2010;
- Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024;
- Política Nacional de Extensão Universitária - FORPROEX, 2012; e

¹¹ O termo “creditação” é atribuído pela Pró-Reitoria de Extensão (PR-5) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) para denominar o processo em que a extensão universitária se tornou curricularizada, ou seja, parte integrada ao currículo pleno de todos os cursos de graduação e requisito obrigatório para a formação na instituição. Neste caso, é possível explicar que, a extensão foi curricularizada como atividade que possui carga horária mínima a ser cumprida (de acordo com a carga horária total de cada curso) a fim de possibilitar a conclusão da graduação. Então, dizer “creditação” ou “curricularização” da extensão, é se referir ao mesmo processo ocorrido no interior da UFRJ. A título do Serviço Social brasileiro, o termo “curricularização da extensão” é utilizado pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa (ABEPSS) em um artigo publicado no ano de 2022, denominado de “Curricularização da extensão e Serviço Social” e, também, pelo Encontro Nacional de Pesquisadoras e Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS), com a abertura de envio de trabalhos sobre a temática “Mostra de Curricularização da Extensão”, para o 18º ENPESS, em 2024. Ainda, a ESS/UFRJ, nomeia como “creditação da extensão” o processo ocorrido nesta unidade acadêmica aqui elucidada, conforme veremos no próximo capítulo.

- Conselho Nacional de Educação (CNE) – Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 - Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014 - 2024 e dá outras providências.

B) Portarias da Pró-Reitoria de Extensão:

- Portaria nº 7428, de 11 de outubro de 2011 - Plenária de Coordenadores de Extensão;
- Portaria nº 08, de 02 de janeiro de 2013 - Boletim Divulgando a Extensão – 2013.
- Portaria nº 5638, de 15 de junho de 2016 - Comissão da Plenária de Extensão;
- Portaria nº 9343, de 19 de outubro de 2017 - Conselho Gestor da Pró-Reitoria de Extensão; e
- Portaria nº 9781 - Nomeia os membros da Comissão de Avaliação das Propostas de Ações de Extensão Registradas a partir de 01 de junho de 2019.

C) Resoluções da Pró-Reitoria de Extensão:

- Resolução nº 01/2012 (revogada pela resolução 03/2019) - Fixa normas para execução do Programa Institucional de Bolsas de Extensão da UFRJ – PIBEX/UFRJ;
- Resolução nº 01/2015 - Aprova o Regulamento da Extensão Universitária na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ);
- Resolução nº 01/2016 - Regulamentação dos Cursos de Extensão Universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro;
- Resolução nº 02/2016 - Regulamentação dos Cursos de Extensão Universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Disposições Transitórias;
- Resolução nº 01/2019 - Nova abordagem para a introdução dos RCS de Extensão no Sistema de Gerenciamento Acadêmico da UFRJ (SIGA);
- Resolução nº 02/2019 - Critérios de transição para registro de horas curriculares de extensão; e
- Resolução nº 03/2019 - Revoga a Resolução nº 1/2012 e fixa normas para execução do Programa Institucional de Fomento Único das Ações de Extensão da UFRJ - PROFAEX/UFRJ.

D) Resoluções do Conselho de Ensino de Graduação (CEG) – Regulamentação da Creditação

- Conselho de Ensino de Graduação (CEG) - Resolução nº 02/2013 - Regulamenta o registro e a inclusão das atividades de extensão nos currículos dos cursos de graduação da UFRJ. Aprovada pelo Conselho de Ensino de Graduação (CEG) no dia 05 de junho de 2013;
- Conselho de Ensino de Graduação (CEG) - Resolução nº 03/2014 - Autoriza a criação e inserção de disciplinas de natureza mista nos currículos dos cursos de graduação;

- Conselho de Ensino de Graduação (CEG) - Resolução nº 04/2014 - Altera os artigos 1º, 5º e 8º artigos e complementa a Resolução CEG nº 02/2013. As principais alterações aprovadas são as seguintes: o percentual mínimo de 10% de horas de extensão deve ser contabilizado em relação à carga horária total do curso; prorroga para março de 2017 o prazo máximo para inclusão da extensão nos currículos. Portanto, para os alunos que ingressarem anteriormente a 2017-1 o cumprimento dos 10% terá caráter facultativo; e
- Conselho de Ensino de Graduação (CEG) - Resolução nº 06/2018 - Dispõe sobre a alteração do artigo 1º, da Resolução CEG nº 15/1971. Estabelece que um crédito de extensão equivale a 15 horas.

E) Conselho de Extensão Universitária

- Conselho Universitário (CONSUNDI) - Resolução nº 12, de 30 de maio de 2019 - Altera o Estatuto da Universidade Federal do Rio de Janeiro, aprovado pelo Decreto nº 66.536, de 6 de maio de 1970, publicado no DOU de 12/05/1970, página 3449, e o Regimento Geral em conformidade com a criação do Conselho de Extensão Universitária.

F) Regulamentação da Creditação – Legislação da UFRJ

- Resolução do Conselho de Ensino de Graduação - (CEG) nº 02/2013 (*Revogada pela Resolução Conjunta CEG-CEU Nº 01/2021*) - Regulamenta o registro e a inclusão das atividades de extensão nos currículos dos cursos de graduação da UFRJ. Aprovada pelo Conselho de Ensino de Graduação (CEG) no dia 05 de junho de 2013;
- Resolução do Conselho de Ensino de Graduação - (CEG) - nº 03/2014 - Autoriza a criação e inserção de disciplinas de natureza mista nos currículos dos cursos de graduação;
- Resolução do Conselho de Ensino de Graduação (CEG) nº 04/2014 (*Revogada pela Resolução Conjunta CEG-CEU Nº 01/2021*) - Altera os artigos 1º, 5º e 8º artigos e complementa a Resolução CEG nº 02/2013. As principais alterações aprovadas são as seguintes: o percentual mínimo de 10% de horas de extensão deve ser contabilizado em relação à carga horária total do curso; prorroga para março de 2017 o prazo máximo para inclusão da extensão nos currículos. Portanto, para os alunos que ingressarem anteriormente a 2017-1 o cumprimento dos 10% terá caráter facultativo;
- Resolução do Conselho de Ensino de Graduação (CEG) nº 06/2018 (*Revogada pela Resolução Conjunta CEG-CEU Nº 01/2021*) - Dispõe sobre a alteração do artigo 1º, da Resolução CEG nº 15/1971. Estabelece que um crédito de extensão equivale a 15 horas; e
- Resolução do Conselho de Ensino de Graduação (CEG) e Conselho de Extensão Universitária (CEG-CEU) nº 01/2021- Atualiza a normatização e estabelece procedimentos pedagógicos e administrativos no âmbito da Universidade Federal

do Rio de Janeiro (UFRJ) para os cursos de Graduação procederem à integralização das ações de extensão nos currículos. Revoga as Resoluções CEG 02/2013 e 04/2014 e as Resoluções 01 e 02/2019 da Pró-Reitoria de Extensão. Aprovada pelo Conselho de Ensino de Graduação e Conselho de Extensão Universitária em 10/12/2021.

G) Resoluções do Conselho de Extensão Universitária (CEU)

- Resolução nº 01, de 03 de fevereiro de 2020 - Aprova o Regimento do Conselho de Extensão Universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro;
- Resolução nº 02, de 09 de março de 2020 - Atualiza o Regulamento da Extensão Universitária na Universidade Federal do Rio de Janeiro (*Revogada pela Resolução CEU nº 138, de 29 de novembro de 2022*);
- Resolução nº 03, de 08 de julho de 2020 - Dispõe, em caráter excepcional, sobre o estabelecimento de normas e procedimentos para a continuidade das ações de extensão universitária na UFRJ durante o período de isolamento social decorrente da pandemia da COVID-19, e dá outras providências temporárias (*Revogada pela Resolução CEU nº 05, de 30 de novembro de 2021*);
- Resolução nº 04, de 24 de agosto de 2020 - Complementar à Resolução CEU N° 03/2020 (*Revogada pela Resolução CEU nº 05, de 30 de novembro de 2021*);
- Resolução nº 05, de 30 de novembro de 2021 - Dispõe sobre as providências relativas ao retorno gradativo presencial das ações de extensão e revoga as Resoluções CEU nº 03 e 04/2020;
- Resolução nº 138, de 29 de novembro de 2022 - Atualiza o Regulamento da Extensão Universitária na Universidade Federal do Rio de Janeiro; e
- Resolução nº 254, de 21 de dezembro de 2023 - Dispõe sobre diretrizes básicas para a política de Ações Afirmativas da Extensão Universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro, publicada no Boletim UFRJ nº 54, compilado semanal nº 43 - 18 a 23 de dezembro de 2023.

A partir dessa descrição ampla das regulamentações vigentes que pautam as atividades extensionistas, é de suma importância frisar as três principais resoluções que, atualmente, seguem como os documentos mais atualizados recentemente no sentido de adequação às diretrizes da extensão para a sua melhor e plena realização na universidade para todos/todas os/as que dela participam e a constroem. São eles:

- Resolução Conjunta CEG/CEU nº 01/2021, sendo esta resolução a responsável por determinar a obrigatoriedade de destinar 10% do total de CH de todos os cursos de graduação da UFRJ para a extensão. Esta resolução primeiramente existiu em 2018, sendo revogada por essa versão atualizada em 2021;
- Resolução nº 138, de 29 de novembro de 2022 a qual organiza, orienta e promove a extensão na universidade, através de determinações importantes para a sua realização; e
- Resolução CEU/PR5/UFRJ nº 254, de 21 de dezembro de 202, a qual dispõe sobre diretrizes básicas para a política de Ações Afirmativas da Extensão Universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Ainda, é importante mencionar, como as atividades de extensão são desempenhadas na UFRJ, após todo esse longo percurso de curricularização para fins de creditação da carga horária destinada à essas ações, as quais possuem amplas modalidades. Além disso, a experiência e o processo de curricularização da extensão na UFRJ foi explicitado, porém, é necessário explicar ainda, como as ações de extensão podem ser encontradas e participadas pelo corpo discente da universidade, como funciona a inscrição, se há seleção, bem como as demais informações pertinentes as quais englobam toda a cadeia e a dinâmica da extensão na universidade.

A Resolução de nº 138 de novembro de 2022, estabelece no art. 11 que as ações de Extensão na UFRJ serão classificadas nas modalidades de Programas, Projetos, Cursos, Eventos e Prestação de Serviços, definidos a seguir:

- I. Entende-se como PROGRAMA DE EXTENSÃO um conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão, preferencialmente de caráter multidisciplinar e integrado a atividades de pesquisa e de ensino. Tem caráter orgânico e institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo realizado a médio e longo prazo. As ações vinculadas ao programa podem se articular por meio de eixos integradores, como áreas temáticas, territórios de atuação, grupos populacionais, dentre outros;
- II. Entende-se por PROJETO a ação processual e contínua, de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado, registrado, preferencialmente vinculado a um Programa ou como projeto isolado;

- III. Entende-se por CURSO DE EXTENSÃO a ação pedagógica dirigida majoritariamente e prioritariamente à comunidade externa à UFRJ, de caráter teórico e/ou prático, planejada e organizada de modo sistemático, com carga horária mínima de 8 horas e máxima de 359 horas, com critérios de avaliação definidos;
- IV. Entende-se por EVENTO a ação que implica na apresentação e/ou exibição pública, livre ou com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela Universidade, dirigida majoritariamente e prioritariamente à comunidade externa à UFRJ. (Resolução nº 138/2022, PR-5, UFRJ).

A mesma resolução também determina os formatos em que a extensão pode ser realizada, através do art. 14: as ações de extensão nas modalidades Programa, Projeto, Curso e Evento podem ser desenvolvidas em formatos nomeados a seguir:

- I. PRESENCIAL: no qual o processo extensionista é alicerçado na concepção de que a mediação didático-pedagógica na elaboração dos conhecimentos é realizada por meio de uma interação, que ocorre em um mesmo espaço e tempo. No contexto da Extensão Universitária, este formato se fundamenta no diálogo entre a UFRJ e demais setores da sociedade, em um processo de retroalimentação, bem como, em um processo formativo para os estudantes extensionistas, ancorado na criticidade e autonomia, no qual a produção científica, tecnológica e cultural é enraizada na realidade brasileira;
- II. A DISTÂNCIA: no qual os alunos e professores/tutores utilizam meios e tecnologias da informação e comunicação a fim de desenvolver atividades educativas em lugares ou tempos diversos. Sua carga horária computada compreende atividades realizadas em ambientes virtuais, on-line, e momentos presenciais obrigatórios que devem representar no máximo 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso;
- III. HÍBRIDO: no qual o processo extensionista é desenvolvido em atividades fisicamente presenciais, combinando atividades remotas, assistidas por tecnologias da informação, existindo dependência parcial de ambiente físico para que a ação extensionista ocorra;
- IV. REMOTO: no qual o processo extensionista é desenvolvido a partir da mediação assistida por tecnologia da informação, em lugares ou tempos

diversos, permitindo desenvolvimento de atividades extensionistas de forma independente de ambiente físico.

A extensão na UFRJ é curricularizada, respeitando a particularidade e especificidade de cada curso e suas respectivas grades curriculares. Ou seja, cada curso possui uma carga horária definida previamente, anterior à curricularização da extensão, e esta, deverá ser reorganizada pedagogicamente para destinar 10% desse total, às atividades de extensão, que podem ser com disciplinas mistas de extensão e com um percentual final de atividades práticas extensionistas. A reorganização de cada curso é de responsabilidade própria, porém, na UFRJ, a partir de 2017 (conforme visto na resolução anterior), a extensão deve estar curricularizada em todos os cursos de graduação.

Cabe destacar que, como esta pesquisa orienta-se à análise sobre este processo no curso de Serviço Social, mais especificamente, os dados aqui colocados, limitar-se-ão essas informações mais gerais em relação a UFRJ, devendo aprofundar-se mais em relação aos dados do CFCH, o qual detém o curso de Serviço Social na referida universidade.

Com a definição e especificação do que é a extensão universitária e como ela é apresentada na UFRJ em relação as modalidades de atividades que podem ser desenvolvidas, o estudante que ingressar na universidade após 2017, deverá atender ao que estiver previsto no seu curso em relação às atividades de extensão, estando certo de que será necessário cumprir o percentual de 10% do total da carga horária do seu curso, em atividades de extensão, obrigatoriamente, para concluir o seu respectivo curso.

Por fim, as atividades de extensão na UFRJ são ações múltiplas, as quais, com a curricularização é preciso admitir que, atualmente, demandam um maior número de solicitação à participação discente, visto que a extensão se tornou parte integradora do currículo da graduação, e atividade exigida para o cumprimento da grade curricular e a efetiva colação de grau.

Essas atividades são divulgadas em todo o aparato tecnológico da UFRJ, via Pró-Reitoria de Extensão, a qual coordena diversas ferramentas de comunicação com a comunidade acadêmica da universidade, visto que a PR-5 possui uma Pró-Reitora de

Extensão com doutorado em comunicação, é inegável que as mobilizações em torno da disseminação da extensão enquanto uma nova face cultural da universidade, para além do cumprimento curricular obrigatório, se tornou uma atividade muito bem elaborada e compartilhada entre os atores da instituição.

Assim, as ações de extensão se reúnem em vagas, as quais são destinadas aos/as estudantes e, as quais a partir da Resolução nº 254, de 21 de dezembro de 2023, estabeleceu as vagas de extensão reservadas às Ações Afirmativas. Além das vagas reservadas, há também a possibilidade de pleitear bolsa, através dos variados programas institucionais para bolsas de extensão, como por exemplo, através do edital PROFAEX e PIBEX.

As vagas de extensão são divulgadas pelos coordenadores respectivos, os quais as disponibilizam, normalmente, através de um processo seletivo – considerando a alta demanda estudantil – e o estudante, sendo assim, deve possuir o RCS de seu curso ativo em seu Boletim de Orientação Acadêmica (BOA)¹², se inscrevendo através da plataforma institucional, que é o SIGA, via requerimento e, tornando-se assim, parte daquela ação desejada.

É visto então, como o processo de curricularização da extensão universitária foi construído ao longo dos anos na UFRJ, uma Instituição de Ensino Superior (IES) a qual possui diversos atravessamentos sociais e econômicos, no que diz respeito à manutenção estrutural da instituição e, também, as condições existentes, advindas de repasses financeiros do Governo Federal, e que implicam diretamente na permanência de estudantes – de todos os cursos – na universidade.

Por razão do acometimento de diversas expressões da Questão Social que se englobam às vidas dessas pessoas, a continuação na universidade se torna um problema quase sem solução (em relação a manutenção da vida), visto que as políticas estudantis são por vezes, insuficientes (seja em número de oferta de bolsas ou até mesmo em relação aos valores concedidos por estas) para a alocação de todos/as os/as estudantes.

¹²O Boletim de Orientação Acadêmica (BOA) é um documento da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) que permite aos/as estudantes verificar pendências curriculares em relação às disciplinas e atividades de extensão, estágio e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Neste sentido, o próximo capítulo tratará desses desafios de forma mais específica, através da descrição dos caminhos percorridos à implementação da curricularização da extensão na Escola de Serviço Social da UFRJ, bem como as implicações que interagem nesse longo caminho, que apesar de ter sido iniciado na Escola, segue em curso e em constante processo de refazimento, em busca de tornar a extensão culturalmente reconhecida como curricularizada e, ao mesmo tempo, compreender as demandas e os desafios postos intrínsecos às vidas e realidades sociais diversas, de todos/todas os/as estudantes da referida Escola.

3 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E A ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

3.1 A experiência de curricularização da extensão universitária e o ajuste curricular do curso de Serviço Social na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Este capítulo e os próximos tópicos assumirão um conteúdo mais autoral, no sentido de retratar e referenciar as atividades de mudanças ocorridas na Escola de Serviço Social da UFRJ, atribuídas pela readequação curricular do curso de Serviço Social. Estas mudanças foram possibilitadas de acompanhamento através da inserção em estágio supervisionado em Serviço Social, na Coordenação de Extensão da ESS/UFRJ, pela autora, nos anos de 2023 e 2024, em quatro semestres letivos, respectivamente (compreendendo a carga horária de estágio referente ao antigo currículo pleno do curso de Serviço Social, antes da creditação da extensão).

A partir deste estágio, foi possível conhecer e desvendar o processo que ocorreu no interior da ESS, no ano de 2019, com o planejamento e a posterior execução de algumas mudanças realizadas no âmbito da reorganização do currículo pleno do curso de Serviço Social, de forma a adequá-lo à inserção da extensão universitária como parte integral do currículo, ou seja, tornando a extensão curricularizada nesta unidade acadêmica a partir da destinação de 10% da CH total do curso para este fim.

Na ESS/UFRJ, as decisões, alinhamentos e demais ações tomadas em relação ao ensino, a pesquisa e a extensão se articulam e são deliberadas através de algumas instâncias máximas, que são setores e espaços para reunião entre docentes, direção e técnicos nos quais reúnem-se aqueles que fazem parte do quadro e/ou que compõe cada

órgão: Departamentos¹³, Congregação¹⁴ e o Conselho Departamental, além da própria Direção da Escola. Contudo, existem outros espaços e denominações referentes a cada Grupo de Trabalho existente na ESS, mas que não serão aqui retratados.

A partir dessa organização, foi criado um documento com a proposta de ajuste curricular para adequar o currículo pleno do Serviço Social da ESS/UFRJ às exigências da legislação nacional e das normativas da UFRJ com o objetivo de destinar 10% da CH total do curso às atividades de extensão, em caráter obrigatório – como previsto – através de uma reunião de Congregação no dia 29 de agosto de 2019 após um extenso período de articulação e diálogo entre os segmentos e instâncias deliberativas da Escola.

Com isso, o currículo pleno do curso de Serviço Social foi repensado, de forma a adequar os requisitos obrigatórios: as disciplinas, o estágio supervisionado e as atividades complementares/extracurriculares, de uma forma em que fosse possível incluir a CH de extensão, como uma medida obrigatória a ser cumprida, mas também, pensando na dimensão pedagógica dessa nova atividade em relação aos/as estudantes e as suas múltiplas realidades sociais – muitas delas acometidas pelas expressões da Questão Social.

Este tópico, retorna então, a um dos pontos principais que gerou o questionamento como “ponto de partida” para este trabalho, que é pensar a extensão universitária e toda

¹³O Departamento constitui a unidade básica da Escola, tanto do ponto de vista estrutural quanto do ponto de vista funcional, reunindo em programas comuns de ensino, pesquisa e atividades práticas os professores de disciplinas conexas entre si, com a participação do representante dos alunos. Cada Departamento é chefiado por docente designado pelo Diretor (a), segundo indicação do Corpo Deliberativo, pelo voto da maioria dos presentes na reunião do colegiado convocado para esse fim e é exercida em regime de tempo integral com dedicação exclusiva, pelo período de dois anos, podendo ser reconduzido, até duas vezes por períodos iguais. A Escola de Serviço Social tem três Departamentos: departamento de Fundamentos do Serviço Social; Departamento de Métodos e Técnicas do Serviço Social e Departamento de Política Social e Serviço Social Aplicado. Fonte: Escola de Serviço Social/UFRJ. Disponível em: <http://ess.ufrj.br/index.php/apresentacaodepartamentosvertical>. Acesso em: 18. nov. 24.

¹⁴É o órgão deliberativo máximo da Escola e sua constituição está em conformidade com Art. 29 do Estatuto da UFRJ e no Art. 162 do Regimento Interno da ESS. À Congregação compete entre exercer a jurisdição superior da Escola e deliberar sobre as questões acadêmicas e administrativas. A congregação é composta pela Direção, os/as chefes dos três Departamentos, representantes docentes das classes titulares, associados e adjuntos e representantes dos segmentos dos técnicos administrativos e, também, estudantil. Fonte: Escola de Serviço Social/UFRJ. Disponível em: <http://ess.ufrj.br/index.php/congregacao>. Acesso em: 18. nov. 24.

sua complexidade de realização plena com uma perspectiva de transformação, impacto social e relações multi, inter e transdisciplinares ao/a estudante, ao/a coordenador/a de ação e a sociedade, mas que não se tornasse “um problema” a ser enfrentado para a conclusão da graduação.

Salienta-se que, o curso de Serviço Social, é majoritariamente composto por estudantes que compõem a classe trabalhadora do país, com atravessamentos socioeconômicos e de mobilidade urbana advindos das expressões da Questão Social, cujos fatores determinam veementemente o acesso e a permanência destes estudantes ao longo da graduação. Quando surge a necessidade do cumprimento de mais um requisito obrigatório – como é o caso da extensão creditada – o desafio é torná-lo possível de ser cumprido e ao mesmo tempo, pedagogicamente, uma experiência proveitosa de forma múltipla, assim como é o ensino e a pesquisa. Essa preocupação com estudantes trabalhadores em relação a creditação da extensão é uma preocupação já demonstrada, inclusive, pela ABEPSS:

[...] Segundo dados do FONAPRACE/ANDIFES “pode-se afirmar que 70,5% dos (as) estudantes fazem parte da População Economicamente Ativa (PEA)” (2018, p. 86). O relatório de 2015 “Juventudes na escola, sentidos e buscas: por que frequentam?”, desenvolvido pela Faculdade Latinoamericana de Ciências Sociais (FLACSO) em parceria com o Ministério da Educação (MEC) e a Organização dos Estados Iberoamericanos (OEI), aponta a partir de pesquisa junto a 8.238 jovens de 15 a 29 anos, que cerca de 20% dos jovens abandonaram os estudos pelo menos uma vez e, o principal motivo foi o trabalho (28%) (ABRAMOVAY; CASTRO; WAISELFISZ, 2015). A PNAD 2017 Educação / IBGE ao fazer o corte entre jovens, educação e trabalho identificou que entre pessoas de 15 e 29 anos “28,7% só estudam; 35% só trabalham, 13,3% estudam e trabalham e 23% não estudam nem trabalham. Neste sentido, é fundamental que os cursos tenham mapeamentos da realidade das/dos estudantes trabalhadoras/es podendo vinculá-los a atividades de extensão que garantam a sua efetiva participação. Para estas realidades, as estratégias devem dialogar com a realidade, sendo interessante avaliar uma possível distribuição da carga-horária a ser cumprida antecedendo a inserção nos períodos em que se desenvolve estágio supervisionado considerando a dificuldade de mobilidade diária das/dos estudantes. (ABEPSS, “Curricularização da extensão e Serviço Social”, 2022, p. 32).

A preocupação demonstrada com a análise proposta pela ABEPSS, sugere que as instituições de ensino, em especial os cursos de Serviço Social, realizem mapeamentos sobre as condições de vida dos estudantes trabalhadores e vinculem as atividades de

extensão às suas necessidades. Além disso, propõe que haja uma reestruturação da carga-horária, adaptando-a para facilitar a inserção dos estudantes em períodos que considerem as dificuldades de mobilidade, especialmente no contexto de estágio supervisionado. Essa abordagem busca tornar a extensão universitária mais acessível e relevante para os estudantes, reconhecendo as suas realidades e promovendo um ambiente educacional que leve em conta as diversas necessidades e limitações do corpo discente.

Em resumo, destaca a complexidade de conciliar trabalho e estudo, o que implica a necessidade de uma maior adaptação por parte das universidades para permitir que os estudantes que trabalham possam participar de atividades acadêmicas e de extensão. Isso demanda uma gestão mais flexível da carga-horária e o desenvolvimento de estratégias que se alinhem à realidade dos estudantes, contribuindo para sua inclusão e desenvolvimento profissional, garantindo a permanência do mesmo na universidade.

Em síntese, em relação a UFRJ, o currículo pleno de Serviço Social compreende a possibilidade de inserção em dois turnos – diurno ou noturno –, sendo o período diurno com duração mínima de oito semestres letivos e o noturno, de dez semestres letivos. Além dos dois turnos no curso de graduação, a unidade também administra um curso de mestrado, e doutorado integrados ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UFRJ), um curso de aperfeiçoamento e vários cursos e projetos de extensão.

Em relação ao ingresso no curso de serviço social, 45 estudantes ingressam a cada semestre letivo em cada turno. O perfil geral dos estudantes é majoritariamente oriundo da classe trabalhadora, especialmente, no caso dos estudantes do turno noturno. Somado a todos esses fatos, a proposta foi construída com a ideia de preservar a carga horária total do currículo pleno do curso, que era e permanece sendo de 3.150 horas, e, com isso, destinar dessa CH, 315 horas para atividades em ações de extensão.

Partiu-se do princípio de não aumentar a carga horária total do currículo feito pelas/pelos estudantes justamente pela característica do corpo estudantil, trabalhadores, com destaque para estudantes do noturno que já têm dificuldades em fazer todas as atividades abrangidas pela formação acadêmica na universidade pública. Assim, o projeto pedagógico, em que se fundamenta a carga horária total do currículo do Serviço Social da ESS/UFRJ, fica fundamentalmente preservado.

A proposta, então, pôde reorganizar o estágio supervisionado obrigatório em três níveis de 135 horas cada, totalizando 405 horas. Anteriormente, o estágio era composto por quatro níveis de 120 horas cada um, totalizando 480 horas. E, a cada nível de estágio, o/a estudante cursa, obrigatoriamente e concomitantemente, uma disciplina de Orientação e Trabalho Profissional (OTP), a qual anteriormente possuía quatro níveis.

Com essa readequação funcional, uma disciplina de OTP, que atua como supervisão acadêmica de estágio, pôde ser excluída e sua carga horária transferida para extensão. Neste caso, a totalidade da carga horária de OTP IV de 60 horas passa para extensão. O conteúdo desta disciplina é remanejado para OTP III. Ficando então definida a CH de estágio em três níveis de 135 horas e mais três níveis de OTP que acompanham o estágio.

Além dos componentes citados, há, também, as atividades complementares – as quais possuíam o título de “atividades extracurriculares” antes da creditação da extensão na ESS – que compreendem conjunto de atividades em que o/a estudante precisa participar para fins de comprovação em certificados, em caráter obrigatório para a conclusão da graduação, e são elas: iniciação científica, tutoria, monitoria, participação em seminários e cursos de extensão como ouvinte, em mesas da Semana Acadêmica (evento organizado pela ESS/UFRJ), etc., cuja incorporação na estrutura curricular é regulamentada pela Congregação.

Todavia, a ABEPSS e o MEC denominam como “atividades complementares” e não há obrigatoriedade deste componente curricular nas normas do MEC e tampouco na UFRJ. A ABEPSS não define carga horária mínima, apenas estabelece que não poder ir além de 5% do total da CH do curso. Na nova proposta de currículo, esse componente fica com 60 horas e novo nome: Atividades Complementares.

Abaixo, uma tabela extraída do documento oficial relatado, demonstrando a completa mudança ocorrida no interior do currículo pleno de Serviço Social:

Tabela 1 – Ajuste curricular do curso de Serviço Social da UFRJ à extensão.

SÍNTSE DA PROPOSTA GERAL DE AJUSTE CURRICULAR				
Componente curricular	Carga horária teórica	Carga horária de extensão	Atividades complementares	Ajuste proposto
Introdução ao trabalho científico	15	45		Transformação em disciplina mista (teórico/extensão), intitulada <i>Universidade e Sociedade</i> , com 15 horas teóricas e 45 de extensão.
Núcleo temático I	15	45		Transformação em disciplina mista <i>Núcleo Temático em Extensão</i> (teórico/extensão), com 15 horas teóricas e 45 de extensão com mente aberta. O Núcleo Temático II passa a ser <i>Núcleo Temático em Pesquisa</i> .
Atividades extra-curriculares		90	60	Já é um RCS de 150 horas. Agora, 90 horas passam a contar como RCS/EXT e 60 continuam como atividades complementares.
Estágio		75		Ajustar a carga horária total de 480 para 405 horas, liberando 75 horas para contar como RCS/EXT. A carga horária total de estágio passa ser distribuída em três semestres de 135 horas cada.
OTP IV		60		Com três níveis de estágio, pode ser excluída uma disciplina de OTP que atua como supervisão acadêmica de cada nível de estágio. Assim disciplina a OTP IV é excluída do currículo e a totalidade da carga horária passa a contar como RCS/EXT. O conteúdo passa para a disciplina OTP III.
Total	30	315	60	

Fonte: relatório final denominado “Proposta de Ajuste Curricular da ESS/UFRJ para Creditação da Carga Horária Obrigatória de Extensão” elaborado pelo corpo docente da ESS/UFRJ e aprovado em Congregação no dia 29 de agosto de 2019.

O RCS de extensão fica estabelecido como incluído na grade curricular de todos/todas os/as estudantes que compõem esse novo currículo do curso, sendo fundamental para que o/a estudante consiga procurar uma ação de extensão para participar e, consiga, de fato, se inserir formalmente através do SIGA. Contudo, como todo processo sistêmico que envolve a ação de tecnologia, pode ocorrer erros e essa inclusão não ser automática e, nesses casos, ela é realizada pela Coordenação de Graduação, quando o/a estudante percebe a ausência e solicita ou quando a Coordenação de Extensão atende alguma demanda estudantil e encaminha para o apoio da Graduação.

A extensão é creditada na ESS/UFRJ, a partir da construção exposta neste documento aqui abordado, o qual compete a reorganização curricular do curso de Serviço Social da supramencionada instituição. Deste modo, a mudança curricular entrou em vigor a partir do semestre letivo 2019.1, ou seja, todo o corpo discente ingressante a partir deste semestre necessita cumprir 315 horas de extensão, que se dividem entre duas disciplinas teóricas e práticas (45 horas cada uma) e, mais as atividades de extensão (225 horas), conforme tabela abaixo:

Tabela 2 – Esquema detalhado das disciplinas que conferem CH de extensão e do código responsável pelo RCS de extensão, carga horária e momento indicado para inserção do estudante.

CÓDIGO	DISCIPLINA/ATIVIDADE	CARGA HORÁRIA	PERÍODO
SW110	Universidade e Sociedade	45h	1º
SSW361	Núcleo Temático em Extensão	45h	6º
SSWZ50 (RCS de Extensão)	Prática como membro extensionista	225h	Livre

Fonte: elaboração própria.

Conforme tabela, as disciplinas possuem indicativo de período ideal da grade para que sejam cursadas, enquanto que as atividades de extensão são de livre inserção, e não precisam de nenhum período específico para serem iniciadas. Ou seja, estudantes do primeiro período em diante podem tornar-se membros de alguma ação de extensão. No entanto, a Coordenação de Extensão orienta que os/as estudantes iniciem as atividades de extensão antes do período regular de Estágio Obrigatório, para que seja possível conciliar melhor todas as atividades da vida acadêmica e pessoal – inserindo a este período, os intensos momentos de conflagração ocorridos no Rio de Janeiro (como operações policiais e períodos de tiroteio), além de múltiplas expressões da Questão Social.

Foi pensado como critério para o início a partir de 2019.1 (além da urgente necessidade de cumprir a obrigatoriedade demandada pela UFRJ e legislações vigentes), à época da creditação, a demanda que se apresentava no momento: abarcar estudantes que

estão a dois semestres do início do estágio, a partir de uma avaliação da Congregação de que esta seria a forma “menos impactante” nas condições de vida dos/das estudantes e, assim, evitaria o agravamento de situações de retenção, jubilamento ou até mesmo de abandono do curso, em decorrência da sobrecarga de atividades.

Entretanto, passado todos esses anos, hoje, através do trabalho da Coordenação de Extensão da ESS/UFRJ é visto que, a sobrecarga de atividades e os variados desafios apresentados são fatores verídicos e que permanecem cada vez mais. Há uma dificuldade de cumprir a extensão como requisito obrigatório, e tem se tornado um grande desafio – especialmente para estudantes trabalhadores – quiçá, transformar esse período de realização de extensão, em uma potência para o/a estudante. Soma-se a todo esse contexto, o fato da universidade e toda a sociedade brasileira ter atravessado um doloroso período de pandemia no ano de 2020, em decorrência da Covid-19¹⁵, logo após todo esse processamento curricular. Isso também se tornou um desafio para a implementação da extensão culturalmente ao corpo discente, visto que por mais de um ano as atividades acadêmicas foram restrinidas a eventos remotos.

Este ajuste curricular foi pontual e consistiu basicamente em uma alteração no caráter de duas disciplinas, que deixam de ser apenas teóricas passando para teórico-extensão (Universidade e Sociedade e Núcleo Temático em Extensão), na retirada de um nível de estágio e na redução e renomeação das atividades extracurriculares (nome anterior). Também se inclui neste quesito, o fato do desenvolvimento de atividades de extensão terem se tornado parte essencial dos requisitos para progressão da carreira docente na UFRJ, ou seja, a creditação da extensão também foi oportunamente.

Por fim, vale lembrar que, desde o início desse novo currículo, há na ESS a concomitância de dois currículos do curso de Serviço Social, pois, para estudantes ingressantes antes de 2019, permanece o “currículo antigo”, não retratando essa mudança e tampouco a obrigatoriedade de participação em ações de extensão. No próximo tópico

¹⁵A Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global. O SARS-CoV-2 é um betacoronavírus descoberto em amostras de lavado broncoalveolar obtidas de pacientes com pneumonia de causa desconhecida na cidade de Wuhan, província de Hubei, China, em dezembro de 2019. Pertence ao subgênero Sarbecovírus da família Coronaviridae e é o sétimo coronavírus conhecido a infectar seres humanos. Fonte: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/covid-19>. Acesso em: 20 nov. 2024.

será visto de uma forma mais esmiuçada, os atravessamentos postos às realidades sociais do corpo discente em relação ao cumprimento da CH de extensão, e o trabalho da Coordenação de Extensão com a gestão de Assistentes Sociais, buscando o acolhimento e a superação desses desafios juntamente com os/as estudantes.

3.2 O trabalho realizado pela Coordenação de Extensão da Escola de Serviço Social: relatos de experiências, atividades e atendimentos aos/as estudantes a partir da experiência de estágio supervisionado

A partir do ano de 2023, quando se iniciou o semestre letivo na Escola de Serviço Social da UFRJ, a Coordenação de extensão teve um importante realinhamento do seu setor de trabalho, o qual há pouco tempo, foi transferido para a gestão de uma Assistente Social e então, era realizado unicamente por uma Assistente Social do quadro vigente de servidores da UFRJ, sob o cargo de Coordenadora. É importante destacar aqui, que, para este referido cargo de gestão, não é incluído o aumento de salário por bonificação – como é feito em cargos de chefia na carreira dos/das servidoras/es da UFRJ – constando apenas a nomenclatura de chefia, mas com o mesmo salário de carreira Técnica que já constava para tal.

Com isso, houve uma nova reorganização entre os setores de Coordenação da ESS e, uma nova profissional também Assistente Social foi transferida para a Coordenação de Extensão, somando-se ao quadro da referida gestão. A extensão na ESS/UFRJ é então, atualmente, gestada por duas assistentes sociais, apenas, e as/os suas/seus respectivas/respectivos estagiários/estagiárias – comumente cada uma estabelece o critério de ter um ou dois estagiários, no máximo.

O trabalho na Coordenação de Extensão pôde então ser reorganizado e repensado, de modo que os esforços fossem projetados em ações mais concretas, diretas e de longo alcance ao corpo discente da Escola, visto que a curricularização da extensão estava posta e era observada a dificuldade de compreensão e inserção dos/das estudantes em ações de extensão.

A primeira ação da Coordenação de Extensão foi compreender as demandas que estavam colocadas pela creditação da extensão e os desafios enfrentados por parte dos/das estudantes. Para isso, foi preciso um apoio da Coordenação de Graduação naquele momento, visto que, como o trabalho estava recém iniciado, as assistentes sociais da extensão não possuíam acesso liberado no SIGA para consulta de dados específicos de estudantes e da extensão. A partir disso, a gestão da extensão recebeu diversas planilhas e documentos com dados do corpo discente da ESS ingressante a partir de 2019.1, com informações acerca do cenário de cada um em relação às atividades de extensão – se estavam cursando as disciplinas e se já estavam inseridos em ações extensionistas.

Com os dados disponibilizados, iniciou-se no primeiro semestre de 2023, uma intensa pesquisa em relação a situação de cada estudante, com visualização do BOA de cada um, para verificar o grau de inserção em atividades de extensão – tanto as disciplinas que concedem CH de extensão, quanto a inserção em ação enquanto extensionista propriamente. Os esforços iniciais se debruçaram sobre a análise de estudantes do semestre letivo de 2019.1, visto que, àquela altura em 2023, estavam aptos a colar grau e precisavam ter cumprido toda a CH exigida de extensão para tal.

Não obstante, o trabalho também foi direcionado à estudantes ingressantes nos semestres seguintes, respectivamente. Para um melhor acompanhamento, foram construídas planilhas via Excel, para divisão por ingresso/semestre e verificação do

quantitativo geral de estudantes em cada período sinalizado. O primeiro cenário encontrado inicialmente, e que gerou uma grande preocupação para a Coordenação de Extensão, pode ser visualizado abaixo:

Tabela 3 – Situação geral de estudantes em 2023.1 em relação à extensão na ESS/UFRJ.

ESTUDANTES INGRESSANTES A PARTIR DE 2019.1	ESTUDANTES INGRESSANTES A PARTIR DE 2019.1 COM MATRÍCULA ATIVA EM 2023.1	ESTUDANTES QUE CURSARAM OU ESTÃO INSCRITOS EM RCS EXTENSÃO (SSWZ50)	ESTUDANTES QUE ESTÃO INSCRITOS EM RCS (SSWZ50), MAS NÃO ESTÃO COM MATRÍCULA ATIVA EM 2023.1
740	567	51	9

Fonte: diário de campo da autora de 2023.

A tabela acima demonstra o total de estudantes ingressantes a partir de 2019.1 (quando a extensão foi curricularizada na ESS), quantos estavam com a matrícula ativa em 2023.1, quanto já estavam inseridos em alguma ação de extensão e destes, quantos estavam com a matrícula trancada naquele momento. Esse trabalho inicial foi muito importante para perceber o panorama geral em que se encontrava à realidade da unidade

acadêmica em relação ao cumprimento da extensão, podendo assim, a gestão, traçar ações imediatas e com foco nas particularidades apresentadas, fazendo o possível para que cada estudante fosse alcançado e compreendido em suas demandas, para que pudesse ser atendido e apoiado em suas necessidades, de forma a conseguir se inserir em uma ação de extensão. E, quem estivesse apto a colar grau, pudesse concluir sua graduação, sem ônus.

Para não limitar o conteúdo apenas às descrições de atividades realizadas, esse trabalho é realizado desde então, a cada semestre letivo e, até este ano de 2024, pôde ser acompanhado pela autora em curso de seu estágio supervisionado. No entanto, não apenas este tem sido o único projeto de acompanhamento estudantil, mas diversas outras ações foram realizadas ao longo de dois anos, buscando o alcance e o diálogo com o corpo discente da Escola e a promoção da extensão para a comunidade acadêmica. Além de, a Coordenação de Extensão seguir também atuando em análise e parecer de ações de extensão criadas pelo corpo docente e/ou técnico de nível superior, que é uma das suas atribuições enquanto setor.

O trabalho é imenso e para ser realizado da melhor forma, necessita de uma ampla articulação entre a gestão da extensão e as demais coordenações da ESS, além de, visivelmente, demandar a necessidade de apoio administrativo (visto que é a única Coordenação da Escola sem um servidor técnico-administrativo para o apoio das atividades).

Mesmo assim, com essa primeira intervenção mais específica, as assistentes sociais juntamente com duas estagiárias, somaram esforços e cada estudante foi contatado via e-mail, convidado para um atendimento individual e/ou coletivo de acordo com a necessidade, diversas dúvidas foram sanadas através desses contatos via e-mail e presenciais, além de atendimentos de demanda espontânea habituais no setor. A Coordenação sempre estabeleceu a possibilidade de atendimentos em horários que compreendem os dois turnos da ESS, além de oferecer atendimento remoto a estudantes que por força maior não podem estar em momento algum no setor presencialmente.

Foi percebida a grande dificuldade de acesso aos/as estudantes trabalhadores/trabalhadoras, pois a maioria não conseguiu estar presente e alguns, nem

mesmo em atendimentos remotos. Mas ainda assim, a gestão da extensão conseguiu realizar alguns atendimentos para demandas específicas de estudantes trabalhadores em caráter remoto, tendo sido atendimentos bastante importantes e com ótimos resultados, pois o objetivo de se fazer compreender a dinâmica das atividades extensionistas, explicar o processo de busca por vaga e participação em processos de seleção para fim de inserção estudantil, através da sistematização de vagas de extensão remotas e a posterior divulgação a esses estudantes, além de um tutorial de inscrição via SIGA.

É oportuno destacar, que a Coordenação de Extensão também tem somado esforços e preocupações aos estudantes Pessoas Com Deficiência (PCDs), os quais precisam se inserir em ações de extensão e por algum motivo, enfrentam desafios para a busca, a participação em processos de seleção e a posterior permanência. Por conta disso, a referida coordenação realiza atendimentos individualizados com esses estudantes e com os seus Facilitadores de Aprendizagem, para compreender as demandas que se travessam em cada realidade e apoia-los nesse processo. Além de, também, estar aberta a participação de todos/todas nas reuniões e oficinas ampliadas. Contudo, ainda assim, é visto que, há um grande desafio na ESS em relação a infraestrutura e as condições necessárias para que esses estudantes possam se inserir em extensão e, por esse motivo, a gestão da extensão também trabalha articuladamente com a Comissão de Acessibilidade¹⁶, fomentando o diálogo sobre essas demandas e as possíveis “soluções”. Ainda há um longo caminho pela frente.

As atividades na gestão da extensão continuaram, e continuam progredindo em uma direção de aprimoramento, sistematização contínua, através de estudos de relatórios, regulamentações e orientações da PR-5, com participação e diálogo ativo através de reuniões e encontros, quando estes são promovidos, para que a comunicação seja sempre eficiente e efetiva ao que existe sobre a extensão na universidade, para a unidade acadêmica da ESS.

¹⁶A Comissão de Acessibilidade do curso de Serviço Social é uma Comissão permanente, organizada por um grupo de docentes, técnicos-administrativos e representantes discentes, através de nomeação via portaria da UFRJ. Ela existe para prestar suporte às atividades que envolvam a acessibilidade na ESS. Atualmente, sua composição pode ser visualizada através da Portaria nº 12.509, de 01 de novembro de 2023/UFRJ.

Deste modo, é possível visualizar abaixo, as principais atividades desenvolvidas pela Coordenação de Extensão ao longo desses dois anos de gestão (desde o semestre letivo de 2023.1 até o período atual) e que fazem parte do plano de atividades permanentes do setor – para aquelas atividades que demandam continuidade e acompanhamento:

Tabela 4 – Atividades realizadas pela Coordenação de Extensão

Comparecimento no início de cada semestre em aula da disciplina Universidade e Sociedade;
Reuniões ampliadas e oficinas com os/as estudantes para falar da extensão e tirar dúvidas (sempre em dois turnos);
Atendimento remoto para estudante trabalhador/a ou com alguma implicação de força maior;
Construção de um formulário para descrição das atividades de extensão e carga horária do estudante extensionista;
Acompanhamento semestral de todos os/as estudantes inscritos em TCC II, para verificar se há CH faltante de extensão, problemas com código RCS de extensão, etc.;
Revisão de todas as ações de extensão existentes na ESS, com solicitação de preenchimento de um formulário (viabilizado pelo Google Forms aos coordenadores de ações);
Elaboração de um plano de atendimento especializado para estudantes Pessoas Com Deficiência (PCD);
Compilação de ações de extensão remotas.
Elaboração de um tutorial de como pesquisar ações de extensão e enviar requerimento via SIGA;
Elaboração de um documento com respostas as principais dúvidas extraídas do Cadastramento da Extensão.

Análise e parecer de ações de extensão fomentadas por docentes e/ou técnicos de nível superior;
Divulgação de vagas de extensão que são compartilhadas pelos canais oficiais da PR-5;
Acompanhamento semestral de vagas de extensão na modalidade remota.

Fonte: diário de campo da autora de 2023.

Além das atividades oportunizadas acima, a Coordenação de Extensão da ESS realizou no semestre letivo de 2023.2 uma ampla pesquisa, possibilitando a elaboração de diários de campo em face à vivência de atendimentos, acompanhamentos, construção de relatórios e participação em reuniões ampliadas. Com isso, foi possível verificar a necessidade de identificar, de modo mais amplo e geral, alcançando todo o corpo discente da ESS/UFRJ, qual é o perfil dos estudantes usuários da Coordenação de Extensão e, de que maneira suas demandas pessoais e acadêmicas, se atravessam e se incorporam à curricularização da carga horária de extensão no curso de Serviço Social, identificando assim, as expressões da Questão Social, a partir da dimensão investigativa como visto em Guerra (2009, p. 1-2), perfazendo o fazer profissional através da pesquisa e resgate de dados, compilando a dimensão investigativa do/a/e Assistente Social.

Dito isso, foi disponibilizado um formulário através da ferramenta *Google Forms*, via link com perguntas diretas, perguntas abertas e campos de livre respostas, sob o título de “Cadastramento Obrigatório da Extensão”, cujo objetivo era obter e analisar crítica e reflexivamente, os indicadores apresentados, como: étnico/racial, identidade de gênero e perfil socioeconômico, relacionando tais indicadores com as múltiplas expressões da Questão Social apresentadas em face ao cumprimento curricular da extensão como um todo, incluindo as disciplinas.

O Formulário foi divulgado primeiramente, através da III (terceira) Reunião Ampliada de Extensão, a qual ocorreu presencialmente no auditório da ESS/UFRJ em dois horários (tarde e noite), através da ferramenta de acesso *QR CODE* e, posteriormente, foi divulgado em uma amplitude maior, via e-mail enviado pelo Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGA), com um link de acesso, sendo disponibilizado em caráter

inicial pelo prazo de 30/10/23 a 10/11/23 e, obtendo uma prorrogação para maior alcance de respostas até o dia 01/12/2023.

A partir desse momento, o Formulário elencado, pôde alcançar ao todo 779 estudantes ativos através do código do curso (3306010000) – de acordo com o envio do link por e-mail via SIGA – sendo desses 779, apenas 515 estudantes oriundos da curricularização da carga horária de extensão na Escola, que ocorre no primeiro semestre do ano de 2019 e, obteve ao final do prazo estabelecido para os/as estudantes, 351 respostas.

O estudo posiciona-se por intermédio de um enfoque quantitativo e documental, servindo de base para a identificação desses extensionistas, para fins pedagógicos e de registros, bem como para as futuras pesquisas dentro da CE, contudo, apresenta também as demandas e subjetividades dos estudantes, levando em consideração a importância da extensão na formação acadêmica conferindo o tripé: ensino, pesquisa e extensão (FORPROEX, 2012).

Por conseguinte, é necessário ressaltar que, as atividades elencadas neste tópico buscam traduzir e elencar as principais ações, fomentos e esforços profissionais que foram realizados e que continuam sendo, na Coordenação de Extensão, a partir do semestre letivo de 2023.1, quando esse setor se reestrutura em busca de dirigir seu exercício profissional à curricularização da extensão. Entretanto, não seria possível reunir todo o intenso trabalho construído até aqui e, por esse motivo, o objetivo final desse tópico é retratar a importância de existir uma Coordenação de Extensão, com Assistentes Sociais na gestão e destacar as atividades mais relevantes.

3.3 O projeto Ético-Político do Serviço Social e o trabalho do/da assistente social na Coordenação de Extensão: desafios e possibilidades

A equipe da Coordenação de Extensão da Escola de Serviço Social (ESS) é composta por duas Técnicas Administrativas em Educação de nível superior, com formação em Serviço Social. As servidoras em questão são responsáveis pela Gestão da Extensão da Unidade, que se dividem em cargos de Coordenadora e de Vice-Cordenadora. Além disso, ambas também possuem e atuam na coordenação de projetos de extensão, registrados e ativos no SIGA e orientam estudantes extensionistas das suas respectivas equipes. Acrescenta-se ainda, a supervisão de três estagiárias que auxiliam no desenvolvimento das ações.

As atividades realizadas reafirmam a concepção de Extensão indissociáveis do ensino e da pesquisa, como um processo acadêmico, indispensável na formação do estudante, na qualificação do professor, do técnico-administrativo e no intercâmbio com a sociedade. Estas atividades possuem respaldo em Legislação Nacional, a exemplo da Política Nacional de Extensão Universitária (2012), normativas e resoluções emitidas pela Pró-Reitoria de Extensão da UFRJ (PR5), além do ajuste curricular atribuído ao curso de Serviço Social da UFRJ, aprovado em 2019 pela organização docente da ESS.

Cabe ressaltar que com a aprovação do ajuste curricular para creditação da carga horária obrigatória de extensão na ESS, as demandas de trabalho têm se intensificado, pois necessitam de acompanhamento e resolução das questões apresentadas. Elucida-se, assim, no presente documento as atribuições concernentes aos servidores de nível médio e o trabalho realizado pelas assistentes sociais.

A profissão de Serviço Social possui um caráter generalista, com atuação e inserção em diferentes políticas públicas e áreas temáticas. O desenvolvimento das competências e atribuições privativas das assistentes sociais materializa-se em diversas áreas ocupacionais, conforme a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/93). Nessa direção, a formação busca construir um perfil profissional que articule as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. A partir dessa perspectiva as assistentes sociais da Coordenação Extensão são responsáveis pelo

planejamento, execução e avaliação das atividades referentes às atividades de extensão na unidade, conforme aludido.

É importante ressaltar que a relevância do trabalho desenvolvido pelas assistentes sociais destaca-se pela centralidade que as ações extensionistas ocupam na formação das e dos estudantes. Além disso, no decorrer das últimas décadas, novas parcelas da classe trabalhadora têm conseguido acessar à Universidade Pública e com isso, verifica-se que o perfil dos estudantes tem se modificado, fruto das novas normativas e políticas afirmativas na perspectiva da democratização do acesso. Alguns estudos apontam que as fases finais da graduação podem ocasionar situações de evasão estudantil. Nessa perspectiva, o trabalho das profissionais em questão intervém na identificação, encaminhamentos e resolução destes fatores.

De acordo com o Plano de Trabalho da Coordenação de Extensão, o mesmo pauta-se em um conjunto de atividades, as quais podem ser enumeradas a seguir, como:

1- Participação e colaboração com as ações de extensão, ordinárias e extraordinárias desenvolvidas pela PR-5, divulgando-as na Escola de Serviço Social, em colaboração estreita com os Departamentos; / 2 - Informar, sanar dúvidas e orientar professores, técnicos e estudantes acerca das normas e procedimentos da Extensão Universitária; / 3- Promover a integração entre ensino, pesquisa e extensão; / 4- Promover a valorização da participação dos estudantes nas atividades extensionistas; / 5 - Participação das reuniões convocadas pelo Centro de Filosofia e Ciências Humanas - CFCH e Pró-Reitoria de Extensão - PR5; / 6 - Atendimento dos estudantes, visando auxiliar nas dificuldades para cumprimento da CH de Extensão; / 7- Supervisão de estagiários vinculados à Coordenação de Extensão e orientação de extensionistas; / 8- Articulação/contato com os Coordenadores das ações para sanar dúvidas e para cumprimento das legislações referentes à extensão; / 9- Levantamentos, pesquisas e estudos para acompanhamento das situações dos estudantes; / 10- Avaliação, parecer e encaminhamento de todas as ações da ESS para apreciação da PR5; / 11- Orientação de estudantes, professores e coordenadores que desejam se inserir ou cadastrar ações de extensão; / 12- Orientações sobre os editais do Profaex; / 13- Participação de eventos internos e externos relacionados à extensão; / 14 – Coordenação de projetos, cursos e eventos; / 15 - Compor comissões

portariadas pela ESS e nas instâncias do CFCH, PR5 e Direção da ESS; / 16- Participação em reuniões do Conselho de Extensão Universitária; / 17- Participação nos plantões da PR5, de acordo com as demandas apresentadas; / 18 – Atividades coletivas com os discentes, semestralmente, em sala de aula e, 19 - Realização de Visitas institucionais e aos projetos de extensão.

Porém, é oportuno salientar que desde junho de 2022, aproximadamente, a Coordenação de Extensão não conta com servidor administrativo para apoio nas atividades e demandas de atendimentos aos/as estudantes. Anteriormente, os técnicos-administrativos da Coordenação de Estágio atendiam, pontualmente, as demandas do Setor. Atualmente há um grande desafio com a ausência desses profissionais importantíssimos, visto que, soma-se a isso, o fato das Seções como as secretarias e coordenações na ESS funcionarem em medida de escala de trabalho, e quanto menos profissionais no setor, mais difícil fica de realizar essa modalidade de exercício profissional.

As atividades de suporte administrativo são essenciais para o atendimento das demandas direcionadas ao Setor, em conjunto com o trabalho pedagógico desenvolvido pelas assistentes sociais. A ausência deste profissional pode ocasionar prejuízos nas ações. Destaca-se algumas atividades: 1- RCS de extensão; / 2- Conferência do cumprimento da CH obrigatória de Extensão no BOA para colação de grau - "Zerado"; 3- Contato com a DRE para resolver questões de lançamento de CH em código de outro curso para a devida migração, cancelamento de ação de extensão não cursada; / 4- Divulgação de vagas de extensão; 5 - Acompanhamento do e-mail institucional.

O CFCH juntamente com a Coordenação de Extensão da ESS realizou uma pesquisa em todo o centro e as unidades acadêmicas que dele fazem parte, criando um relatório sob o título: “Informações das Coordenações de Extensão dos cursos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH)”. Este relatório apresenta um levantamento sobre o funcionamento das Coordenações de Extensão dos cursos vinculados ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH). O objetivo foi fornecer uma visão geral das condições e responsabilidades das coordenações de extensão dentro das diferentes unidades. A promoção dessa pesquisa foi importante, no sentido de compreender como a

extensão é coordenada e promovida nas unidades do CFCH, se há precarização do espaço para o trabalho, ou se existe uma concepção de que a extensão também precisa de um setor.

Foram feitas três perguntas para entender a estrutura e responsabilidades das Coordenações de Extensão de cada curso:

1. A coordenação de extensão em suas unidades ocupa um espaço sozinha (uma ou mais salas, por exemplo) ou o divide com outro setor?
2. Quantas pessoas compõem a equipe da Coordenação de Extensão? e
3. A inscrição dos alunos no RCS de Extensão é responsabilidade da Coordenação de Extensão ou da Coordenação de Graduação?

Em relação à primeira pergunta sobre o espaço ocupado pela Coordenação de Extensão, quatro dos sete cursos do CFCH responderam terem uma sala exclusiva para a Coordenação de Extensão, sendo eles o Colégio de Aplicação (Cap), a Escola de Comunicação (ECO), o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) e o Instituto de Psicologia (IP). Já três unidades: Escola de Serviço Social (ESS), Faculdade de Educação (FE) e Instituto de História (IH), registraram que utilizam sala compartilhada com outros setores.

Tabela 5 – Composição das Coordenações de Extensão nas unidades acadêmicas do CFCH.

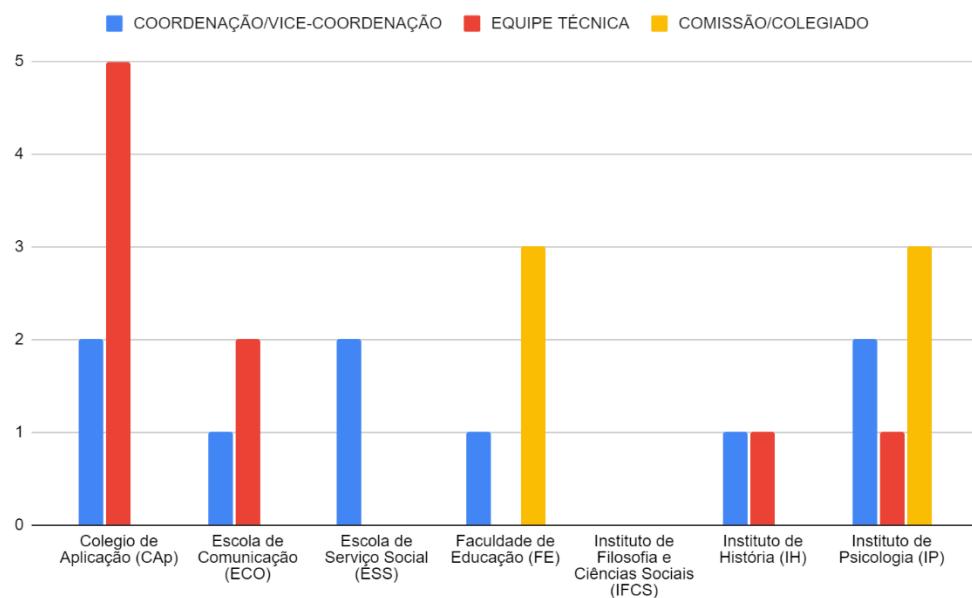
UNIDADES:	SALA COORDENAÇÃO DE EXTENSÃO:
Colégio de Aplicação (Cap)	EXCLUSIVA
Escola de Comunicação (ECO)	EXCLUSIVA
Escola de Serviço Social (ESS)	COMPARTILHADA
Faculdade de Educação (FE)	COMPARTILHADA
Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS)	EXCLUSIVA
Instituto de História (IH)	COMPARTILHADA
Instituto de Psicologia (IP)	EXCLUSIVA

Fonte: relatório elaborado pelo CFCH.

Sobre a pergunta: “Quantas pessoas compõem a equipe da Coordenação de Extensão?”, o Colégio de Aplicação (CAp) informou que a equipe é composta por 2 coordenadoras e uma equipe técnica com 5 pessoas. A Escola de Comunicação (ECO) conta com 1 coordenadora e 2 servidoras técnicas. A Escola de Serviço Social (ESS) possui 1 coordenadora e 1 vice-coordenadora, sem o apoio de uma equipe técnica.

A Faculdade de Educação (FE) respondeu ter 1 coordenadora e 3 membros da comissão, já o Instituto de História (IH) é composto por 1 Diretoria Adjunta de Extensão e 1 servidora técnica. O Instituto de Psicologia (IP) tem 2 pessoas na coordenação, 1 na equipe técnica e 3 membros do colegiado. O Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) informou que a equipe é composta por 2 pessoas, mas não entrou em detalhes sobre os cargos, por esse motivo o espaço no gráfico ficou “vazio”.

Gráfico 1 – Composição da Coordenação de Extensão em relação aos cargos.



Fonte: relatório elaborado pelo CFCH.

Por fim, em relação à responsabilidade pela inscrição do Requisito Curricular Suplementar de Extensão (RCS-EXT), 6 unidades responderam que essa é uma função exclusiva da Coordenação de Graduação, enquanto o Colégio de Aplicação (CAp),

registrou que não se aplica, pois, o RCS da Extensão é feito pela unidade de origem do licenciante.

Tabela 6 – Responsabilidade de abertura de RCS de extensão em cada unidade acadêmica.

UNIDADES:	INSCRIÇÃO EM RCS DE EXTENSÃO:
Colégio de Aplicação (CAp)	NÃO SE APLICA
Escola de Comunicação (ECO)	COORDENAÇÃO DE GRADUAÇÃO
Escola de Serviço Social (ESS)	COORDENAÇÃO DE GRADUAÇÃO
Faculdade de Educação (FE)	COORDENAÇÃO DE GRADUAÇÃO
Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS)	COORDENAÇÃO DE GRADUAÇÃO
Instituto de História (IH)	COORDENAÇÃO DE GRADUAÇÃO
Instituto de Psicologia (IP)	COORDENAÇÃO DE GRADUAÇÃO

Fonte: relatório elaborado pelo CFCH.

Através dessas informações elencadas, é visto como a extensão tem sido possibilitada nas unidades do CFCH e o grau de infraestrutura (tanto física quanto de pessoal) que é destinada a gestão da extensão, a qual precisa de um espaço físico para o exercício das suas atividades e, principalmente, para que o/a estudante tenha um local reconhecido por ele como a “sala da extensão”, o que não era comum antes da curricularização e é relevante no sentido de contribuir para que a creditação seja culturalmente abarcada como atividade prevista ao/a estudante, e ele possa ter um local específico para atendimento individual e/ou coletivo.

A pesquisa do CFCH também demonstra com importante relevância, que apenas na ESS há somente duas servidoras – como já explicado anteriormente, que são as Assistentes Sociais Coordenadora e Vice-Coodenadora – o que aponta como o trabalho pode ser precarizado devido à ausência de mais profissionais no setor, as quais poderiam realizar as atividades da gestão com maior qualidade e até mesmo quantidade, para os/as

estudantes, docentes e técnicos, se a mão de obra não fosse tão reduzida como é atualmente.

Apesar da pesquisa do CFCH não se expandir para o questionamento de quais profissionais fazem parte da gestão da extensão nas referidas unidades, não é difícil perceber o quanto o trabalho de um ou uma assistente social pode ser relevante na gestão de quaisquer setores, tamanho é o arcabouço teórico-metodológico e o compromisso ético-político da profissão:

Por este motivo, enfatizamos anteriormente dimensões estratégicas como: o debate da educação nas universidades e os avanços na compreensão da sua função social e sua relação com o debate da extensão a partir dos anos de 1980; as referências ao debate da educação popular e dos movimentos sociais e as aproximações da profissão com estas referências e a presença do pensamento de Paulo Freire no Serviço Social. Nossa pressuposto para a indicação desta concepção de extensão é que o cruzamento destas dimensões e, a análise destas a partir dos compromissos profissionais assumidos e expressos no projeto ético-político, traçam linhas de confluências para que tenhamos como referência uma compreensão ampla e crítica da extensão. Consideramos que esta referência a essa concepção de extensão contribui: para a defesa da própria universidade e das conquistas de outros direitos e da própria democracia e práticas democráticas; reforço no âmbito da universidade da crítica a extensão universitária como transmissão vertical de conhecimentos e o reforço de uma visão não assistencialista fundada no conceito de extensão como comunicação. (ABEPSS, “Curricularização da extensão e Serviço Social”, 2022, p. 26).

A extensão através do exercício profissional do Assistente Social, pode ser vista como:

Assim, referendamos uma concepção de extensão como popular, comunicativa e orientada para processos de uma educação emancipatória: que se balize pelo método da educação popular pois coloca como ponto de partida à autonomia dos sujeitos e construção de alternativas junto com eles respeitando seus interesses; que reafirme a atualidade do significado da relação profissional com os movimentos sociais redimensionando criticamente a formação e o perfil profissional fortalecendo os processos de renovação profissional; que referencia práticas educacionais emancipadoras como forma de superar o enfoque de “difusão” atuando com maior inserção na realidade social e política brasileira. (ABEPSS, “Curricularização da extensão e Serviço Social”, 2022, p. 27).

Por fim, é visto que, o Serviço Social possui um grande arcabouço ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo e essas dimensões do trabalho e a formação profissional oferecem subsídios para demonstrar a relevância da inserção da profissão

em espaços de gestão, como aludido, na Coordenação de Extensão de uma Escola de Serviço Social. A profissão corrobora com a defesa de uma concepção de extensão popular, comunicativa e que é orientada em busca de uma educação emancipatória na Política de Educação brasileira. Também reforça no âmbito da formação e do exercício profissional a construção de espaços articulados à realidade social e que favorecem os princípios formativos referidos nas Diretrizes curriculares da ABEPSS (1996) e, também, os princípios dispostos do Código de Ética da profissão (1993).

Ou seja, uma prática extensionista que seja efetivamente comunicação com a realidade social, diálogo que garante a autonomia nos processos. Assim, compreendemos que o processo de curricularização da extensão em si pode potencializar a formação de maneira a colocar o conjunto dos estudantes em relação direta com a realidade brasileira em suas diversas expressões; potencializar contornos cada vez mais imbricados e indissociáveis na relação teoria e prática, o que já se constitui como importante para todas as áreas de formação.

Dificilmente seria interessante para um governo em um país capitalista, o rompimento de práticas assistencialistas e, uma formação em ensino superior de qualidade através do tripé: ensino, pesquisa e extensão, englobando não só a comunidade acadêmica, mas a sociedade de modo geral. O interesse maior da classe burguesa – a qual o Estado também atende – é aquele que foi referenciado no primeiro tópico do capítulo três. Contudo, em tempos de continuo avanço de ideais neoliberais e de constantes ataques a educação, o compromisso profissional do/da Assistente Social é de extrema importância na luta continua contra processos de privatização da universidade pública e a favor de uma universidade plural, que – entre outras práticas político-acadêmicas – pode ser possibilitada através da prática extensionista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de toda a exposição neste trabalho, buscou-se elucidar considerações sobre o surgimento da extensão universitária considerando aspectos do contexto histórico nacional e internacional, para demonstrar o início das primeiras atividades extensionistas abordadas e a relevância de todo esse processo, até os dias atuais, na formação profissional de ensino superior, tanto para o/a estudante, quanto para o docente e o corpo técnico da IES, e mais ainda, para a sociedade. Assim, o trabalho se debruçou especialmente acerca da experiência de curricularização da extensão na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

É possível afirmar a importância da extensão universitária e, ao mesmo tempo, os desafios que são colocados à implementação e manutenção da creditação, em relação à todas as expressões da Questão Social que se apresentam nas instituições públicas de ensino superior e nas vidas de cada estudante, principalmente estes que integram a classe trabalhadora e Pessoas Com Deficiência (PCD) – no sentido de haver ações com acessibilidade, infraestrutura e que permitam essa inclusão, além da disponibilidade de Facilitadores de Aprendizagem para o acompanhamento e desenvolvimento das atividades propostas. A creditação da extensão na ESS/UFRJ foi um grande e importante

passo, mas ainda há muitos caminhos para serem percorridos em busca de uma universidade “para todos”.

Os desafios são muitos e cada vez maiores, principalmente em tempos de radicalização neoliberais e de avanços nas contrarreformas do Estado. A Coordenação de Extensão, atualmente, permanece trabalhando coletivamente para a construção de um ambiente institucional em que os/as estudantes possam se identificar com o trabalho profissional, sintam-se acolhidos/as e compreendidos/as, objetivando entender as suas particularidades e, através do compromisso ético-político que o Serviço Social possui, conseguir apoia-los, promovendo a extensão na universidade e traçando caminhos para o alcance do corpo discente à prática. Dessa forma, um dos objetivos centrais do setor é dirigir suas atividades para que os/as estudantes possam concluir a sua graduação sem ônus em relação ao cumprimento da CH de extensão, mas com aproveitamento dessa inserção, de forma pedagógica e orientada.

Ademais, existem os desafios que se fazem presente, através da correlação de forças entre as esferas institucionais, os quais também são relevantes e implicam diretamente no processo de construção de todo e qualquer espaço de gestão. É importante ressaltá-los, para conhecê-los e estabelecer meios de superá-los de forma conjunta entre a universidade. Por outro lado, os desafios que se colocam em face às expressões da Questão Social e a falta de estrutura e acessibilidade da universidade para estudantes PCDs também são presentes. É preciso, inclusive, que a Resolução sobre reserva de vagas na extensão seja um compromisso ético e político de todos/todas os/as coordenadores de extensão na universidade.

Por fim, é observado o quanto o movimento de curricularização da extensão na UFRJ foi e tem sido significativo, embora seja ao mesmo tempo, complexo para a sua plena realização entre todas as partes envolvidas, mas que busca contribuir para a transformação social e para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

O movimento de curricularização da extensão na UFRJ foi destacado como um passo importante para a transformação social e a construção de uma sociedade mais justa e democrática. No entanto, para que essa transformação seja realmente alcançada, é essencial a plena integração de todos os segmentos da comunidade acadêmica, incluindo

estudantes trabalhadores, PCDs, docentes e técnicos, e o envolvimento das esferas institucionais para que a extensão universitária se aproxime da concepção de um dia, poder contribuir democraticamente para a construção de soluções para os grandes problemas sociais do país, como propõe a Política Nacional de Extensão Universitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVARENGA, Aline da Silva. **Diários de Campo de Estágio Supervisionado em Serviço Social.** Rio de Janeiro: 2023-2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Política Nacional de Estágio.** Maio de 2010. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigida.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

BENETTI, P. C.; SOUSA, A. I.; SOUZA, M. H. N. Creditação da extensão universitária nos cursos de graduação: relato de experiência. **Revista Brasileira de Extensão Universitária.** v. 6, n. 1, p. 25-32, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/1951/pdf>. Acesso em: 13 ago. 2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 ago. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018: Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 dez. 2018.

BRASIL. Resolução nº 493, de 1º de dezembro de 2006: Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do Assistente Social. Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Brasília, 2006.

BRASIL. Resolução nº 533, de 29 de setembro de 2008: Regulamenta sobre a Supervisão Direta de Estágio no Serviço Social. Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Brasília, 2008.

BRASIL. Lei n. 8662, de 07 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001 (2001). Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em: 13 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 13 ago. 2024.

BRASIL. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Ed. 243. Seção 1, p. 49. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/asset_publisher/Kujrw0TzC2Mb/content/id/55877808. Acesso em: 07, maio. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional. 2022. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf1>. Acesso em: 15 dez. 2023.

Creditação da extensão universitária nos cursos de graduação: relato de experiência. **Revista Brasileira de Extensão Universitária v. 6, n. 1**, p. 25-32 jan – jun. 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Código de ética profissional do assistente social. Brasília, 1993.

DESLANDES. Suely Ferreira. A construção do projeto de pesquisa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 19 ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 31-50. Disponível em: https://cursoextensao.usp.br/pluginfile.php/300166/mod_resource/content/1/MC2019%20Minayo%20Pesquisa%20Social%20.pdf. Acesso em: 13 ago. 2024.

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Proposta de ajuste Curricular da ESS/UFRJ para creditação da carga horária obrigatória de extensão. 2019.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS (FORPROEX). **Política Nacional de Extensão Universitária.** Manaus. AM, 2012.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. Disponível em: <https://fasam.edu.br/wp-content/uploads/2020/07/Extensao-ou-Comunicacao-1.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2024.

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 701-718.

LEHER, Roberto. Reforma Universitária de Córdoba, noventa anos. Um Acontecimento Fundacional para a Universidade Latino-americana. La reforma universitaria: desafíos y perspectivas noventa años después. **CLACSO**, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires, 2008. Disponível em: <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101109075227/07leher.pdf>. Acesso em: 21 out. 2024.

NETO, José Alves de Freitas. A reforma universitária de Córdoba (1918): um manifesto por uma universidade latino-americana. **Revista Ensino Superior Unicamp**, 2011. Disponível em: https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/edicoes/ed03_junho2011/11.pdf. Acesso em: 21 out. 2024.

OLIVEIRA, F.; GOULART, P. M. Fases e faces da extensão universitária: rotas e concepções. **Rev. Ciênc. Ext.** v.11, n.3, p.8-27, 2015. Disponível em: https://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/view/1225/1165. Acesso em: 13 ago. 2024.

PAULA, J. A. de. A extensão universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces - Revista de Extensão da UFMG**, [S. I.], v. 1, n. 1, p. 5–23, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/18930>. Acesso em: 13 ago. 2024.

LEVANDOSKI, Allegra. O que é o Bolsonarismo? **Politize**. 19. jul. 2022. Disponível em: <https://www.politize.com.br/o-que-e-o-bolsonarismo/>?&gclid=Cj0KCQiA7OqrBhD9ARIsAK3Xh2mgVkJEDLchjYVxwb3zcOBpt3YOm6sQg1QCMXaI8KzAHB3TKVd5bQaAtqoEALw_wcB">https://www.politize.com.br/&gclid=Cj0KCQiA7OqrBhD9ARIsAK3Xh2mgVkJEDLchjYVxwb3zcOBpt3YOm6sQg1QCMXaI8KzAHB3TKVd5bQaAtqoEALw_wcB Acesso em: 13 ago. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ): Guia de Creditação da Extensão na UFRJ, 2015. Rio de Janeiro, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ): Resolução nº 138, de 29 de novembro de 2022: PR-5. Conselho de Extensão Universitária (CEU). Atualiza o Regulamento da Extensão Universitária na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2022.